

arquivo



administração

ÓRGÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v.6 n. 1 abril 1978

**sistema de disseminação seletiva
da informação (SDI)**

maria luiza reis lima

**problemática atual dos arquivos
particulares**

heloísa liberalli bellotto

**semanas internacionais
de arquivos**

**arquivo
municipal do rio de janeiro**



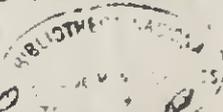
Fas. 75678 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.6 n.1
abr.1978 ex.2

Cr\$ 25,00

ISSN 0100-2244

1548

Regimento que levou Thomé de Sousa Governador do Brasil.



Nº 1.

Eu El Rey faço saber avós Thomé de Sousa Fidalgo de minha Casa, que vindo em quanto serviço de Deus e meu he conservar e melhorar as Capitania e povoações das terras do Brasil, e dar ordens e maneira com que melhor e mais seguramente se possa (heir povoando) para no esbaltamento da nossa santa fe e proveito de meus Reinos e Senhorios e dos melhores d'elles ordenar e mandar nas ditas terras fazer hum fortaleza e povoação grande e forte em hum lugar conveniente para da hy. e dar e dar e ajudar as outras povoações e se administrar justiça, e prover nas cousas que compriza a meu serviço e os negocios de minha fazenda e abem das partes; e por ser informado, que a Bahia de Todos os Santos he o lugar mais conveniente da Costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e por q' nella entrao, como pela bondade e abondancia e saúde da terra, e por outras razões; e por meu serviço, que na dita Bahia se faia a dita povoação e assento, para isso se mande armada com cento e cinquenta artilheiros, armas e munições e tudo o mais que for necessario. E pela muita confiança q' tenho em vós, que em caso de tal qualidade e de tanta importancia me subreus servir com aquelles fidedes e diligencia q' se para isso se requer, he por bem de vos enviar por Governador das ditas terras do Brasil no qual cargo, no fazer da dita fortaleza teris a maneira seguinte.

Da qual fortaleza a terra da Bahia vos avisar de ser Capitão.

Heis por Capitão mor da dita armada e fazeis vos o caminho diretamente a dita Bahia de todos os Santos, e a dita viagem teris a maneira que levaes por outro regim^{to}.



v. 6 n. 1 abril 1978
Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques

Helena Corrêa Machado

José Lázaro de Souza Rosa

José Pedro Esposel

Maria de la E. de España Iglesias

Maria Luíza S. Dannemann

Diretoria Técnica

José Pedro Esposel

Maria de la E. de España Iglesias

Redator-Chefe

Eloísa Helena Riani Marques

Secretária

Mariza Bottino

Coordenação Editorial

Robson Achiamé Fernandes

Produção:

Revisão de originais:

Maria Regina de Lima Renzo

Ercília Lopes de Sousa

Artes-finais

César Romero G. da Silva

Projeto gráfico

Carlos Alberto T. Torres

Composição

Compósita Ltda.

Impressão

Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria 1977-79

Presidente: *Marilena Leite Paes*

Vice-Presidente: *Elyanna de Niemeyer
Mesquita*

1ª Secretária: *Eloísa Helena Riani
Marques*

2ª Secretária: *Eliana Balbina Flora
Sales*

1ª Tesoureira: *Norma Viegas de Barros*

2ª Tesoureira: *Aurora Ferraz Frazão*

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro

Gilda Nunes Pinto

Helena Corrêa Machado

Janine Resnikoff Diamante

José Pedro Esposel

Maria Luíza S. Dannemann

Maura Esândola Quinhões

Myrthes da Silva Ferreira

Raul do Rego Lima

Suplentes

Celita Pereira Gondin

Maria Amélia Porto Migueis

Martha Maria Gonçalves

Conselho Fiscal

Deusdedit Leandro de Oliveira

Fernando Salinas

José Lima de Carvalho

Suplentes

Jaime Antunes da Silva

Milton Machado

sumário

editorial 3

estudos

problemática atual dos arquivos particu-
lares 5

sistema de disseminação seletiva da in-
formação (SDI) 10

entrevista

arquivo municipal do rio de janeiro 13

informe 15

várias

semanas internacionais de arquivos 21
sessão anual do comitê executivo do
cia 22

resenha bibliográfica 25

cartas-26

crônica

a arquivologia em ação 27

Correspondência para *Arquivo &
Administração*

Praia de Botafogo, 186 sala B-217

20.000 — Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 246-6637

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não sócios Cr\$ 60,00

Exemplar avulso

ou atrasado Cr\$ 25,00

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade dos respectivos
autores e não expressam
necessariamente o pensamento
da Associação dos Arquivistas
Brasileiros ou dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja observada
a ética autoral que determina a
indicação da fonte.

Distribuição: AAB

Desejamos permuta

Deseamos permuta

Nous desirons echange

We are interest in exchange

ISSN 0100-2244

Arquivo & Administração,	v. 1 —	n. 0—	1972—
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972—			
v.			
1. Órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.			
1. Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro			
2. Arquivos — Periódicos.			
Reg. 75248			CDD 025.171

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 6	n. 1	p. 1-28	1978
-------------	----------------	------	------	---------	------

informações aos colaboradores

Solicitamos aos colaboradores de **Arquivo & Administração** que atendam às seguintes indicações, ao enviarem seus trabalhos para serem publicados:

1. Preparação dos originais

Os textos devem ser datilografados em laudas de 20 linhas, com espaço três, cada linha de 72 batidas, com duas cópias e não devem ter menos de 200 ou mais de 400 linhas. Se ultrapassarem este total máximo devem ser acompanhados de indicação de capítulos, pois serão editados em duas ou mais vezes. Cada trabalho deverá conter:

- a) Uma abertura datilografada em lauda separada, em no máximo 10 linhas, apresentando as principais idéias do trabalho, no sentido de motivar o leitor.
- b) O desenvolvimento, que é o trabalho propriamente dito, dentro do espaço acima indicado.
- c) Referências bibliográficas.
- d) Currículo do autor, em no máximo 5 linhas.

2. Preparação das referências bibliográficas

Devem ser numeradas e apresentadas em ordem alfabética, observando-se as seguintes normas baixadas pela ABNT:

Publicação avulsa (livro, folheto, tese, etc.) — sobrenome do autor, prenome(s) abreviado(s), título, local, editor, data, número de páginas ou indicação de página(s) determinada(s). Em caso de dois autores, mencionar ambos; mais de três, mencionar o primeiro seguido de et alii.

Artigo de periódico — autor(es), título do artigo, título do periódico, indicação de volume, número, páginas inicial e final, data.

3. Normas gerais de publicação

Os trabalhos serão aceitos desde que representem material original do autor, dependendo a sua publicação da apreciação de um conselho editorial, e sob a condição de que possam sofrer revisão por parte da Editoria, no sentido de adaptá-los à publicação. Qualquer modificação de estrutura ou conteúdo será previamente acordada com o autor.

4. Apresentação de teses ou trabalhos científicos

Devem ser acompanhados de resumo, datilografado, em no máximo 20 linhas, currículo do autor, datilografado, em no máximo 5 linhas e histórico do trabalho, justificando-o, datilografado, em no máximo 10 linhas. Os resumos serão publicados na seção **Resenha bibliográfica**.

5. Ilustrações, gráficos, tabelas e fotos

Os trabalhos enviados poderão ser acompanhados de ilustrações, gráficos, tabelas e fotos, que poderão sofrer modificações de tamanho e forma no sentido de adaptá-los à linha gráfica da revista.



Durante o próximo ano de 1979 mais precisamente no período de 1º de outubro a 15 de dezembro, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), órgão filiado à UNESCO, promoverá Semanas Internacionais de Arquivos a serem realizadas nos diversos países-membros.

Em seu Boletim n. 9, o CIA sugere que, em cada país, seja constituída uma comissão organizadora nacional, integrada por representantes da administração dos arquivos oficiais e das associações de arquivistas, bem como apresenta lista de atividades a serem desenvolvidas durante as mencionadas Semanas, quer em âmbito nacional, quer em âmbito estadual ou local.

Dentre os itens da programação proposta merecem destaque especial: lançamento de selo comemorativo pelos correios nacionais, exposições de documentos, edição de guias, inventários e números especiais das revistas profissionais, reportagens e entrevistas na imprensa em geral, exibição de filmes sobre arquivos em cinemas e televisão, confecção de brindes alusivos aos arquivos (fac-simile de documentos, . . .) para serem vendidos nas exposições, promoção de cursos, palestras, conferências, congressos etc.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Arquivo Nacional já

estão em entendimentos para dar início às providências necessárias à concretização de um programa à altura dos demais países desenvolvidos, principalmente porque a concepção das Semanas Internacionais de Arquivos tem suas raízes na recomendação apresentada pelo Diretor Geral do Arquivo Nacional durante o 2º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em São Paulo, em 1974.

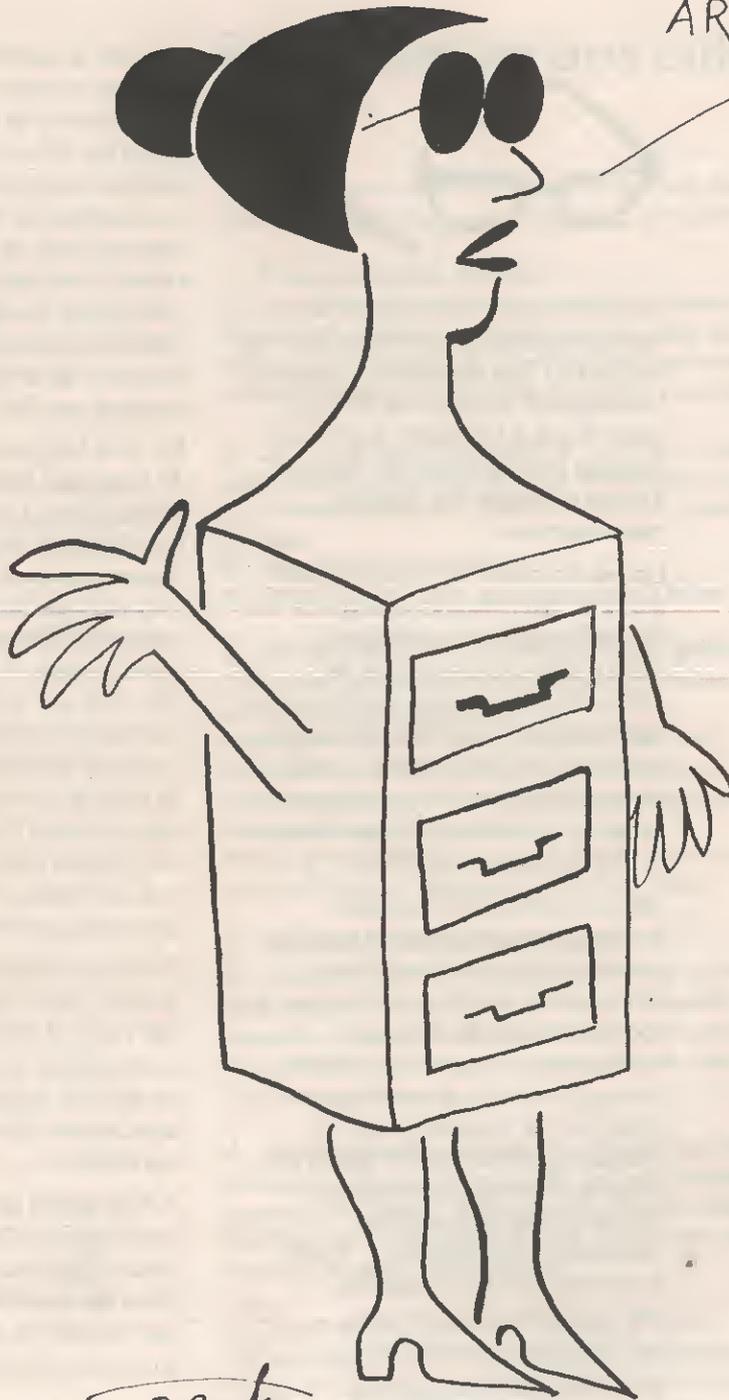
Por uma feliz coincidência, o 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia já estava programado pela Diretoria da AAB para realizar-se durante o mês de outubro de 1979, o qual será, por certo, o ponto alto das comemorações das Semanas Internacionais de Arquivos em nosso país, uma vez que representará a grande força catalizadora de interesses não apenas dos profissionais de arquivo como de tantos quantos têm nos arquivos a fonte primária de informações necessárias à realização de suas atividades administrativas, técnicas ou culturais.

Os Núcleos Regionais da AAB em Brasília, Belém, Santa Maria (RS) e São Paulo, já estão sendo acionados no sentido de promoverem, cada qual em sua área geográfica de atuação, uma Semana de atividades dedicadas aos arquivos.

A AAB espera poder contar com a participação e colaboração de todos nessas iniciativas para que o Brasil possa desempenhar à altura o papel que lhe cabe no panorama arquivístico internacional.

Marilena Leite Paes

CADA DIA QUE
PASSA, SINTO
QUE A MINHA
VIDA ESTA
MAIS E MAIS,
LIGADA AOS
ARQUIVOS



Coelho

problemática atual dos arquivos particulares*

heloísa liberalli bellotto **

Cabe agora, na pauta deste Seminário, um lugar para que se apresente um panorama geral e se discutam questões em torno dos chamados arquivos particulares. Arquivos particulares, aqui considerados não na sua fase corrente, na chamada primeira idade do documento, mas sim, quando no âmbito dos arquivos finais ou históricos. O que são; em que variantes se apresentam; qual a sua situação em outros países e no Brasil; o que São Paulo pode apresentar a favor dos arquivos particulares, e, finalmente, o que é o Setor de Arquivos de História e Literatura do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Para arquivos particulares há uma definição bastante óbvia e simples: trata-se, naturalmente, dos arquivos que não são públicos, isto é, os que guardam documentação que originariamente não foi produzida pelo estado. Entretanto, tal definição não é exatamente justa, uma vez que muitos destes arquivos particulares guardam, entre seus documentos, papéis públicos. Outrossim, alguns dos arquivos particulares passam à custódia de arquivos públicos. Até porque aquela definição não nos conceitua exatamente o que se entende por arquivos particulares.

A considerarmos os elementos fundamentais das definições clássicas de arquivo público, aqueles elementos repetem-se, ao se tratar de conceituar arquivo particular. Assim, na definição clássica de Schellenberg — e não nos parece demais frisá-lo — arquivos são conjuntos de todos os “livros, papéis, mapas, fotografias e outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função de suas atividades e preservados pela própria instituição ou sucessores

como prova de suas funções e atividades, política, decisões, método e operações em virtude do valor informativo dos dados neles contidos”. Assim, em outras palavras, e considerando apenas o arquivo particular, este seria o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por entidade particular ou pessoa, no decurso de suas atividades, formando um conjunto orgânico e preservado para informação administrativa, jurídica ou histórica.

Para fins quase didáticos, a arquivologia terminou por consagrar as denominações de arquivos econômicos, sociais e privados (de pessoas) às modalidades em que se apresentam os arquivos particulares.

Antes de nos atermos a demonstrar em que consistem estas modalidades e verificar que nem sempre o arquivo particular é um conjunto orgânico, vejamos qual tem sido e pode ser a importância deste tipo de arquivo para a pesquisa histórica.

Os arquivos são a fonte direta onde o historiador vai buscar os elementos básicos de seu trabalho. Todas as precedentes palestras aqui apresentadas bem o demonstraram. Ora, é evidente que certos aspectos econômicos, sociais, técnicos e científicos só poderão ser verdadeiramente esclarecidos se o pesquisador puder contar com um material para além das fontes oficiais, isto é, as existentes nos arquivos públicos, decorrentes das atividades dos respectivos órgãos estatais. Arquivos de empresas técnicas, agrícolas, industriais, de transportes, comerciais e financeiras, assim como de associações de classe, sindicatos e movimentos de trabalhadores, etc. são fundamentais à história econômica e social. A importância de arquivos sociais, como também dos religiosos, é patente, como aqui já ficou demonstrado. Podem ainda revelar história os arquivos de editores, jornais, teatros e instituições

* Palestra pronunciada no Seminário Arquivos e História, promovido pelo Arquivo do Estado de São Paulo e pela Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, de 21 a 25 de novembro de 1977.

** Do Setor de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

culturais e recreativas. E os papéis privados de estadistas, políticos, artistas, escritores, empresários, líderes revolucionários, etc., quando acessíveis aos historiadores, têm sido de maior valia como documentação primária. Todos nós temos tido conhecimento, só para citar uma mínima parcela por exemplo, de trabalhos de brasileiros e brasilianistas cuja argumentação fundamental foi baseada nos arquivos de Assis Brasil, Góis Monteiro, Oswaldo Aranha, Mário de Andrade, Gustavo Levenroth e outros.

O arquivo particular, portanto, seja na sua modalidade de arquivo econômico, social ou privado, isto é, o de pessoa física, possibilita um campo específico de pesquisa, notadamente na história contemporânea, de inestimável valor.

Voltando à nossa conceituação de arquivos particulares, dizíamos que são conjuntos de documentos produzidos por entidades ou pessoas no curso de suas atividades, sendo que tais documentos têm entre si a mesma relação orgânica que, por definição, guardam os papéis produzidos por uma entidade governamental. Neste caso, teríamos a coleção natural, ou o arquivo particular por excelência. Na coleção natural há uma relação entre a criação do documento e sua acumulação paulatina. As razões de sua preservação são de natureza administrativa ou jurídica, sem que se excluam as de natureza histórica. Um arquivo como o do Banco de Nápoles, por exemplo, é um arquivo econômico perfeitamente orgânico, que vem acumulando ordenadamente a documentação relativa às suas atividades, desde o século XVI. O Arquivo do Banco de Nápoles, inclusive, publica sistematicamente um boletim de caráter histórico.

Arquivos como os de uma fábrica, museu, entidade religiosa, companhia teatral, partido político, ou de um estadista ou escritor são considerados "coleções naturais", uma vez que correspondem à vida e às atividades daquelas instituições ou pessoas. Na coleção natural fica preservado o "princípio da proveniência", invariavelmente respeitado nos arquivos públicos bem organizados.

Um arquivo particular constituirá uma coleção artificial quando os papéis são "coleccionados". Perde-se o respect des fonds. Os motivos da cole-

ção — geralmente feita por compra — e da sua preservação são unicamente os de interesse cultural ou histórico (ou comercial...). Trata-se de papéis que foram adquiridos em várias fontes. Mesmo que em algumas coleções certos conjuntos documentais cheguem a guardar uma relação seqüencial ideal, em relação a determinado assunto ou entidade, as coleções artificiais não podem ser consideradas "arquivos" no sentido puro da palavra. Os ortodoxos da arquivologia relutam em considerar coleções como material de arquivo, como, por exemplo, a Coleção De Angelis, da Biblioteca Nacional, ou a Coleção Lamego, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, que são conjuntos heterogêneos de manuscritos. A este tipo de fundos a denominação correta seria "Coleções de Manuscritos". Os mais radicais chegam mesmo a ditar-lhe a custódia não junto a arquivos, mas sim a bibliotecas, em suas seções de manuscritos. De qualquer maneira, consideradas no âmbito dos arquivos, são vistas como "coleções artificiais".

Coleções naturais ou artificiais, qual é a situação dos arquivos particulares hoje, a nível internacional? Sua importância diante das pesquisas históricas é consagrada universalmente. Os Congressos Internacionais de Arquivos, realizados a partir de 1950, têm dedicado seções especiais aos arquivos econômicos e sociais, aos arquivos privados e aos arquivos de arte e literatura (inclusive no Congresso de Moscou, em 1972, tratou-se de arquivos centralizados de arquitetura).

Os problemas principais em relação aos arquivos particulares têm sido, em primeiro lugar, o acesso. Com exceção dos países socialistas, onde os arquivos econômicos e sociais estão sob a jurisdição governamental, este acesso deve ser concedido pelos proprietários dos arquivos. Além disso, a preocupação das autoridades arquivísticas são em torno da dispersão, destruição e exportação. Estas dificuldades relativas aos arquivos particulares — acesso, dispersão, destruição e exportação — poderiam ser contornadas se fosse possível, sob todas as condições de respeito à propriedade privada, a custódia deste material pelo poder público. Este é um ponto nevrálgico: custódia pública versus iniciativa privada. Todos os problemas centram-se no fato de o Estado

não poder controlar o acesso, a dispersão, a destruição ou a exportação. Da mesma forma, no fato de os empresários, produtores dos documentos não perceberem o alcance da preservação e consultas a seus arquivos. Agrava o problema a circunstância de estarem sempre desconfiados com as razões pelas quais alguém quer consultar sua documentação... Ademais, os arquivos públicos não têm espaço, em geral, nem para guardar seus próprios acervos. Esta questão, entretanto, poderia ser resolvida pela absorção daqueles fundos por entidades estatais de pesquisa como o Instituto Joaquim Nabuco, os núcleos de documentação de universidades, a Casa de Rui Barbosa, o Instituto de Estudos Brasileiros, o Museu da Imagem e do Som, etc. A verdade é que há diferença entre o interesse que traz o historiador aos arquivos industriais e comerciais e o que traz o técnico ou o fiscal fazendário, o empresário, o advogado da empresa ou de seus empregados. Há leis, por exemplo, que asseguram os direitos dos clientes ou dos empregados de bancos, companhias de seguro, indústrias. E, neste sentido, os arquivos devem estar aptos a fazer valer seus direitos, mas tudo isso tem prazo de vigência. Contra tal situação choca-se o interesse do historiador. E não há leis que regularizem a conservação deste tipo de arquivo, visando o pesquisador.

Um arquivo público nacional ou estadual não pode levar a cabo, junto a empresas, uma ação mais ou menos rigorosa como a que tem direito, junto aos órgãos que são subordinados ao mesmo poder. Isto, que poderia ser benéfico naquele campo, aqui traria mais desconfianças por parte de comerciantes e industriais. A ação tem que ser de persuasão, menos no sentido de recolhimento e muito mais no sentido de cadastramento, assistência técnica, acesso e eventual recolhimento. Assim sendo, possivelmente com melhores chances de êxito, outras instituições, além dos arquivos estatais, poderiam encetar a tarefa de absorção — por doação, compra ou depósito — dos arquivos particulares. Ou, ainda, permanecerem estes arquivos junto às próprias empresas, devidamente cadastrados e contando com a assistência técnica destas instituições, do tipo universitária ou como a Federação de Indústrias ou Câmaras de Comércio.

Vejamos como procedem certos países em relação aos arquivos econômicos. Eles podem estar ligados a: organismos nacionais ou estaduais arquivísticos; organismos culturais (estatais ou não), estando, nestes dois casos, centralizados. Mas podem também estar dispersos: a) ligados à entidade a que pertencem; b) estarem sendo administrados por organismos comerciais. No primeiro caso, os arquivos de empresa passam ao organismo nacional ou estadual centralizador dos arquivos, findos os prazos predeterminados de vigência (50 anos na maior parte das vezes). Isto, como já dissemos, pode ser uma imposição nos países socialistas, onde as empresas são necessariamente estatais. Aliás, os arquivos econômicos compreendem também os dos Ministérios ligados à produção e ao trabalho em países como a Rússia, Polônia, Hungria, Iugoslávia e República Democrática Alemã. No caso dos países do bloco ocidental, mesmo sem obrigatoriedade, muitas empresas têm depositado seus arquivos findos junto aos órgãos nacionais. Nos National Archives, dos EUA, há divisões para receberem este tipo de material, a saber: a) divisão de arquivos industriais (transportes, regulamentação, organização e conflitos de trabalho; segurança social, produção, estatística de distribuição); b) divisão de recursos naturais (disposição e uso de terrenos públicos, agricultura, minas, energia industrial, preservação dos recursos naturais); c) divisão dos serviços gerais (administrações fiscais, questões monetárias, etc.). Na França há o Serviço de Arquivos Econômicos junto aos Archives Nationales; também os arquivos departamentais franceses recebem os arquivos findos de empresas.

Estes serviços têm recebido os arquivos particulares mediante contrato de depósito, no qual a propriedade dos depositantes fica ressalvada, cabendo-lhes autorizar a consulta a cada pesquisador. Também na República Federal da Alemanha temos, em Coblenz, arquivos estaduais com seções como economia, transporte e técnica, destinados a arquivos econômicos. Na segunda modalidade, os arquivos passam a outras instituições centralizadoras e não aos arquivos nacionais. O que muitos países possuem é um conselho ou comitê para arquivos econômicos no qual tomam parte vários interes-

sados, sejam ligados aos arquivos estatais ou não, com a finalidade de estudar a destinação daqueles acervos. Exemplos: os Businesses Archives Council, da Inglaterra e da Austrália; o National Record Management Council, dos EUA, ou o Conselho Permanente Consultivo de Arquivos Econômicos, da Finlândia. Os arquivos econômicos podem ainda estar centralizados em organismos tais como câmaras de comércio, federações de indústrias, institutos de pesquisa, ligados ou não a universidades. A Alemanha foi o primeiro país onde houve a preocupação de preservação sistemática dos arquivos econômicos, a partir de exemplo dado em 1906 pela zona industrial de Colonia (destacam-se as empresas pioneiras Krupp e Siemens). Naquele país, as câmaras de comércio das várias cidades subvencionam os "centros regionais de arquivos para arquivos econômicos". O órgão centralizador é, em Dusseldorf, o Comitê para a conservação dos arquivos de empresa da União das Câmaras de Comércio e Indústria.

São inúmeros os exemplos europeus das instituições centralizadoras de arquivos econômicos: na Holanda, os Arquivos Econômicos de Haia e o Instituto Internacional de História Social; na Itália, o Instituto Feltrinelli de Milão, especializado em documentação sobre questões operárias; na Suécia, os Arquivos do Movimento Operário; na França, o Instituto Francês de História Social; etc. Nos EUA são as universidades que congregam arquivos econômicos regionais, ou mesmo abrangendo níveis nacionais, por temas. Assim, a Universidade da Virgínia possui os arquivos da indústria do ferro; a Universidade de Michigan, os arquivos da indústria da madeira; a de Louisiana, arquivos de agricultura; etc.

A terceira modalidade de preservação e administração dos arquivos seria a de continuarem, após seus prazos de vigência administrativa e jurídica, sob a custódia da própria empresa particular. Este sistema, embora prejudicado do ponto de vista do pesquisador, pela sua dispersão, seria preferível no sentido de que a produção documentária econômica é muito grande e, em muitas regiões, impossível de ser centralizada. Geralmente as grandes empresas ou cartéis de indústrias é que possuem recursos para manter seus próprios arquivos. Já foi citado o magnífico

exemplo do Banco de Nápoles. Nos EUA, grandes e bem organizados arquivos são mantidos pela Ford, Firestone e MacCormick, entre outros. Na Alemanha, a Krupp e a Siemens, já citadas, e na França, a Renault. Todos esses arquivos possuem condições bastante satisfatórias de acesso à pesquisa. Estes poucos exemplos, não excluem numerosas outras firmas que mantêm seus documentos bem conservados. Em São Paulo há muitas indústrias que mantêm seus arquivos históricos, (a Singer, a Matarazzo, por exemplo), mas o difícil problema é o acesso.

Finalmente, o caso mais raro, mas que ocorre nos EUA. Organismos comerciais, mediante pagamento sistemático, administram arquivos histórico-econômicos. Por exemplo, a Remington Rand, a Records Controls, a National Storage Company. Mas é um sistema pouco usado e de pouco interesse, mesmo naquele país.

Apercebemo-nos assim que, à medida que é oneroso e incômodo para as organizações médias manter seu próprio arquivo permanente (problema que talvez não ocorra para as grandes empresas), a solução parece ser realmente que uma entidade de classe ou de pesquisa universitária possa congrega tais arquivos.

Pensemos no caso específico de São Paulo. Em primeiro lugar, a necessidade de um cadastramento. Algo (embora muito pouco, e por culpa provável dos próprios interessados) está sendo feito desde 1958 pelo Arquivo Nacional, através de seu Serviço de Registro e Assistência. Em 1974, o Serviço contava com 3.800 arquivos cadastrados em todo o Brasil. É bem verdade que neste total estão incluídos os chamados arquivos correntes (que sempre nos interessam na medida em que sua preservação significa um futuro arquivo histórico). O computador apresentado por aquele serviço ao 2º Congresso Brasileiro de Arquivologia, por Maria Luiza Dannemann e outros, dava o total de arquivos por estado, divididos em três modalidades: arquivos públicos, institucionais e eclesiásticos, acrescentados, no caso de alguns estados, de arquivos comerciais e particulares. Arquivos públicos e eclesiásticos já foram aqui estudados por seus especialistas. Cabe-nos chamar a atenção para os demais. Por arquivos institucionais aquele serviço entende os de "institui-

ções de educação, corporações não-lucrativas, sociedades e associações, etc." Por arquivos comerciais os de "firmas, corporações, companhias e bancos", e por arquivos particulares os de pessoas (arquivos privados, diríamos, na forma mais consagrada pela arquivologia atual para designar este tipo de arquivo).

Os números apresentados devem estar bem aquém da realidade brasileira, pois todos sabemos das dificuldades de tal tipo de registro: questionários que não são respondidos, instituições das quais não temos conhecimento, etc. Além disso, os números são bastante heterogêneos: se Minas Gerais apresenta 50 arquivos institucionais, Rio Grande do Sul 48 e São Paulo 63, o Pará apresenta 10 e o Piauí um. O número total apresentado para estes arquivos institucionais (aos quais vamos nos referir adiante, sob a denominação arquivos sociais) é de 380. Os comerciais (apresentados inexplicavelmente só por três estados: Bahia, Ceará e o então Estado da Guanabara) são 13 e dos arquivos particulares foi registrado apenas um no Estado do Rio de Janeiro! . . .

Quanto aos arquivos sociais, a primeira grande categoria é a dos arquivos eclesiásticos. Estes, em alguns países, como a Inglaterra, são considerados semipúblicos, e na Irlanda do Norte, públicos. A eles não faremos referência porque sua problemática em São Paulo já foi aqui exposta à altura que sua importância merece, pelo Pe. Hélio Viotti.

Dentro de arquivos sociais, as categorias seguintes seriam os arquivos de instituições educacionais, culturais, recreativas, sindicatos, partidos políticos, movimentos populares, etc. Não temos dados para aferir a situação destes arquivos como os que temos em relação aos arquivos econômicos. Estes foram estudados por Marquant em seu trabalho, já publicado em tradução pelo Arquivo Nacional, assim como foram analisados por especialistas em vários artigos da revista *Archivum*. No entanto, consideramos esta modalidade de arquivo igualmente importante e carente de cadastramento mais completo. Da mesma forma que os arquivos econômicos, sua centralização é química. Mas um levantamento a nível de Arquivo Nacional (como já realiza o serviço que mencionamos) e a

nível de arquivo do estado, ou mesmo a nível de núcleo regional da Associação dos Arquivistas Brasileiros seria de todo desejável e necessário.

Dentro desta modalidade de arquivo tem sido dado grande relevo aos arquivos de arte e literatura. Desde 1941 funcionam em Moscou os Arquivos Centrais de Arte e Literatura. São reunidos papéis particulares de escritores e artistas cujas famílias aí os depositam, assim como arquivos de museus, teatros, companhias cinematográficas, etc., terminados os prazos de vigência administrativa e jurídica dos documentos. Em São Paulo temos os Arquivos do Museu de Arte, da Fundação Bienal, do Museu Lasar Segall e outros, mas ainda não há levantamento algum. O Museu da Imagem e do Som, entidade ligada à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, tem alguma documentação neste sentido, que está sendo organizada. A ele caberia, desde que pudesse contar com recursos humanos e orçamentários, proceder a este tipo de levantamento em São Paulo, ao menos na área de cinema, fotografia e música. O mesmo poderia ocorrer com a Pinacoteca do Estado ou alguns dos museus especializados, em relação às artes plásticas.

Finalmente, falaremos da problemática dos arquivos privados. Como vimos, decorrem da reunião dos documentos, no seu mais lato sentido, originados da vida particular e profissional de políticos, estadistas, cientistas, escritores, líderes de movimentos sociais, filósofos cujas atividades tiveram importância para algum ramo do conhecimento ou acontecimento de relevância. Podem ainda os arquivos privados serem a reunião destes papéis pessoais de vários membros ou gerações de famílias ou casas nobres. Estes, na Europa, merecem cuidados dos proprietários, permanecendo sob sua custódia por várias gerações. Na França, hoje em dia, procura-se levar a cabo os contratos de depósito com os quais estas famílias podem depositar seus acervos nos arquivos nacionais, onde o arquivo estará à disposição dos pesquisadores, sem que se perca a propriedade privada. Nos EUA, os arquivos privados de homens públicos — presidentes, por exemplo, em geral, quando deixam seu cargo — acabam por constituir verdadeiros centros de documentação que levam seus nomes e que

abrigam o arquivo, biblioteca e documentação sobre seu período de governo.

No Brasil, exemplificaremos com os casos que conhecemos, do Rio e de São Paulo, embora saibamos que outros estados possuem arquivos particulares em condições de receberem consultentes.

No Rio de Janeiro, várias instituições governamentais abrigam arquivos privados, cujos acervos nelas recebem o devido arranjo, descrição e divulgação. São conhecidos os arquivos de casas nobres do Império e de personalidades diversas que hoje integram os acervos do Arquivo Nacional, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Arquivo do Instituto Histórico, Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis e Arquivo Histórico do Itamarati. Também no Rio de Janeiro, três centros preocupados com a preservação e divulgação da história contemporânea brasileira procuram reunir arquivos de personalidades ligadas à Primeira República, à Revolução de 30 e ao período que se lhe segue até nossos dias. São eles: a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (originado pelo Arquivo Getúlio Vargas, conta hoje com inúmeros arquivos privados já devidamente analisados e descritos); b) Centro da Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes que, sem custodiar os arquivos de próceres políticos do Brasil republicano, os recebe, microfilma, descreve e divulga, devolvendo depois o acervo às respectivas famílias; c) Fundação Casa de Rui Barbosa, ligada ao Ministério da Educação e Cultura, possui arquivos daquele prócer e de outros escritores da mesma época. Mobiliza-se atualmente a Casa de Rui Barbosa para ampliar seus quadros de pesquisadores e de acervo de documentos e de livros para que ali se constitua o Centro de Documentação sobre a Primeira República.

Em São Paulo, algumas instituições isoladas guardam arquivos privados ou coleções de manuscritos, sem entretanto, possuírem a organicidade e dinâmica das entidades cariocas mencionadas. O único centro que parece apresentar proposições semelhantes, embora esteja iniciando seus trabalhos, é uma entidade particular — o Museu Lasar Segall. Temos arquivos privados, por

exemplo, na Biblioteca Municipal (Coleção Félix Pacheco); no Museu Paulista da USP (Arquivo Aguirra, Arquivo Macedo Soares); na Unicamp (Arquivo Levenroth); o Centro de Documentação Histórica da USP e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

O Setor de Arquivos de História e Literatura do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), é exemplo típico daquela segunda modalidade de recolhimento de arquivos particulares a que nos referimos. Trata-se de um instituto de pesquisa, dentro de uma universidade estatal. Possui três setores de pesquisa: história, literatura e arte, a cujos pesquisadores (doutores, mestres ou pós-graduandos) cabe, entre outras tarefas, elaborar material descritivo dos respectivos acervos.

Nossos arquivos foram adquiridos pelo IEB por compra ou doação. Alguns vieram como arquivos, outros integrando conjuntos maiores de livros e acervo de artes plásticas, como no caso Mário de Andrade. As maiores coleções são os Arquivos Mário de Andrade, Fernando de Azevedo e a Coleção Lamego. Possuímos ainda os Manuscritos da Coleção Ian de Almeida Prado e documentação parcial de Guimarães Rosa, Oswald de Andrade, Alcântara Machado e outros. O primeiro dos arquivos mencionados guarda material fundamental para a história do modernismo no Brasil e constitui-se de correspondência, manuscritos, anotações, fotografias, etc. O Arquivo Fernando de Azevedo, ligado à história da educação no Brasil contemporâneo, aos estudos sociológicos e à vida da Faculdade de Filosofia da USP, é constituído dos papéis pessoais de Fernando de Azevedo, sua correspondência, rascunho de obras, etc.

A Coleção Ian de Almeida Prado, manuscritos do século XVIII de cunho

administrativo, da Capitania de São Paulo, já teve seu catálogo publicado por Rosemarie Horch. A Coleção Lamego, conjunto de manuscritos com datas limites entre o século XVI e as primeiras décadas do século XX, tem preponderância de documentação sobre os jesuítas no Brasil e sobre a região onde se situa a cidade de Campos, lugar de origem de Alberto Lamego, seu organizador. Seu Catálogo Analítico, elaborado pelos pesquisadores do setor de história, encontra-se em fase de conclusão. Este instrumento de trabalho traz a descrição de mais de 3 mil documentos enfileirados em 153 códices.

O Arquivo está aberto à consulta e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Relatório de Atividades do Instituto de Estudos Brasileiros, em cuja parte relativa ao arquivo há pormenores sobre nossos acervos.

É de desejar que sejam doados arquivos privados ao IEB, ao Museu Paulista, ao Centro de Documentação Histórica ou a outros centros de pesquisa da USP (como por exemplo, o Centro de Estudos Rurais, Centro de Estudos de História das Religiões e tantos outros) para aí receberem processamento arquivístico em sua documentação e serem postos à disposição dos pesquisadores.

Conclusão

Seria de todo salutar que este Seminário pudesse partir da convicção da importância dos arquivos particulares e, conseqüentemente, da necessidade de sua preservação, cadastramento e divulgação. Que fosse possível a cada um de nós, na medida das oportunidades que aparecem no desempenhar de nossas funções arquivísticas, procurar dissipar as desconfianças dos pro-

prietários dos arquivos econômicos, sociais e privados de interesse para a história local e nacional, convencendo-os de que a instituição que pretende custodiar aqueles arquivos não deseja imiscuir-se em questões que não sejam de caráter de pesquisa histórica.

Para concluir, faço minhas as palavras de Riccardo Filangieri, especialista italiano em arquivos privados:

"Haver uma confiança recíproca e um espírito de colaboração da parte do Estado e dos cidadãos no que concerne à salvaguarda, manutenção e emprego científico dos arquivos particulares, seja por iniciativa do Estado, seja por iniciativa privada tem mais valor que leis e regulamentos. Para atingir tal fim, é preciso o cidadão se convencer de que se trata de uma função social e que esta função se realiza dentro de um acordo pleno entre seus direitos e seus deveres."

Referências bibliográficas

- BAUTIER, Robert-Henri. Les archives. In: SAMARAN, Charles, ed. *L'histoire et ses méthodes*. Paris, Gallimard, 1961. p. 1.120-166.
- DANNEMANN, Maria Luíza; CORRÊA, Wilma Schaefer & SANTOS, Marli. *Da necessidade de registro dos arquivos brasileiros*. Trabalho apresentado ao 2º Congresso Brasileiro de Arquivologia, São Paulo, 1974.
- FILANGIERI, Riccardo. Les archives privées. *Archivum*, Paris, 6:43-63, 1956.
- GROENEVELD, C. The making and administration of archival accumulations of private business, concerns, societies, foundations and similar bodies. *Archivum*, Paris, 8:125-32, 1958.
- MARQUANT, R. *Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960.
- SHELLENBERG, T.R. Arranjo de papéis ou arquivos privados. In: *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. p. 235-54.

arquivo & administração

TABELA DE PREÇOS PARA ANÚNCIOS PRETO E BRANCO

1 página	Cr\$ 2.000,00
1/2 página	Cr\$ 1.000,00
1/4 página	Cr\$ 700,00
2ª ou 3ª capa	Cr\$ 2.500,00
4ª capa	Cr\$ 3.000,00

Obs.: Contratos para os três números terão redução de 20%.

sistema de disseminação seletiva da informação (SDI)*

maria luiza reis lima **

1. Introdução; 2. Métodos de disseminação da informação; 3. Disseminação seletiva da informação; 4. Disseminação seletiva da informação no Brasil; 5. Vantagens e desvantagem do SDI; 6. Conclusão; 7. Citações bibliográficas

Resumo

O sistema SDI, estabelecido com ajuda da tecnologia de computadores, constitui atualmente um dos processos mais rápidos de difusão da informação, baseando-se nos perfis dos documentos e nos perfis dos usuários.

1. Introdução

Com a explosão documentária, isto é, com o avanço extraordinário da literatura especializada, o estudo da documentação tornou-se bastante complexo. Os centros de informação vêm-se especializando, procurando manter os seus usuários informados em seus respectivos campos de interesse. Para isso, o especialista da informação necessita de conhecimento de semântica e de comunicação, bem como capacidade de traçar esquemas criando sistemas satisfatórios à recuperação da informação. Procura, então, dar um tratamento moderno aos documentos, visando fornecer ao cientista tudo o que há de atual no seu campo de interesse de maneira mais rápida e eficiente.

Todo profissional deve ser, portanto, um bom pesquisador.

2. Métodos de disseminação da informação

A divulgação se processa em vários níveis, e, quanto mais aperfeiçoado for o sistema, maior será o aproveitamento na disseminação.

Existem vários métodos convencionais de disseminação da informação:

a) na opinião de Foskett(1), a circulação regular de periódicos é o método mais adotado no mundo inteiro, para manter atualizado o pessoal das atividades de pesquisa principalmente

quando essa pesquisa é de natureza comercial, onde a informação deve ser divulgada da maneira mais rápida possível, se se deseja conquistar uma vantagem no mercado;

b) fazer circular cópias dos sumários de revistas constitui, também, um método prático que deu origem às publicações do tipo *current contents*. Nos EUA e na Inglaterra já existem publicações que exibem os sumários antes do aparecimento dos periódicos. No Brasil, o *Resumo bibliográfico*, editado mensalmente pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros, divulga os livros que ainda estão no prelo;

c) os boletins de resumos são formas preferidas na disseminação da informação técnico-científica;

d) método simples e comum em quase todas as bibliotecas é a exibição de revistas recebidas recentemente;

e) os índices, excelentes elementos de disseminação, vieram contornar as dificuldades que apresentam os catálogos (em fichas) de bibliotecas que, embora sejam instrumento válido, têm o inconveniente de não irem ao encontro do leitor.

Ultimamente, os cientistas da informação preferem a disseminação direta, feita através de contatos pessoais ou de troca de *preprints*.

Quanto aos processos eletrônicos, além de outros sistemas, o computador tornou viável um tipo de serviço de notificação individual ou em grupos, conhecido como Disseminação Seletiva da Informação (SDI - *Selective Dissemination Information*).

3. Disseminação seletiva da informação

3.1 Definição

Schneider(3) define disseminação da

* Trabalho apresentado ao Primeiro Encontro de Encarregados de Bibliotecas da Marinha, Rio de Janeiro, 16 a 20 de agosto, 1976

** Do Serviço de Documentação Geral da Marinha

informação como sendo "um tipo de serviço de notificação corrente, personalizado, que, sob condições ideais, envolve a reunião de um grande número de documentos, selecionando informações talhadas exatamente para ir ao encontro de necessidades únicas e específicas de pesquisa para cada usuário (geralmente por um processamento automatizado) e fornecendo esta informação diretamente a cada indivíduo, numa base contínua e segura".

É, portanto, um canal de comunicação entre os documentos indexados num arquivo e o usuário, aplicando-se um método tendo em vista a divulgação de documentos selecionados de acordo com o interesse do usuário estabelecido no sistema.

3.2 Propósito

Servir a um grupo de indivíduos, oferecendo-lhe informações selecionadas de acordo com os seus perfis.

3.3 Histórico

Criado por H. Peter Luhn(2), em 1958, e implantado pela IBM, em 1959, apareceu como tentativa de desafio ao problema da manipulação da informação, utilizando a velocidade dos computadores.

O sistema exige de cada usuário a determinação de seus interesses, apoiada numa terminologia de descrição de assuntos dos documentos na indexação.

3.4 Metodologia

Todos os sistemas SDI são diferentes quanto aos tipos de documentos, aos usuários e aos serviços operacionais. Entretanto, a combinação dos descritores dos documentos com o interesse do usuário constitui o princípio básico.

3.5 Funcionamento do sistema

Selecionados os membros a serem incluídos no sistema, é possível o estabelecimento de comparação entre o perfil do documento e o perfil do usuário.

3.5.1 Perfil do documento

Entende-se por perfil do documento a definição de seu conteúdo, esta feita

através de um certo número de descritores. Cada documento que entra no sistema tem a sua legenda identificadora, cuja transcrição é feita com o auxílio de uma máquina perfuradora para posterior arquivamento em fita magnética.

3.5.2 Perfil do usuário

Por perfil do usuário entende-se a determinação de seu interesse que é feita, também, através de descritores. Para o levantamento do perfil do usuário, adotam-se entrevistas ou preenchimento de formulários informando, detalhadamente, a sua formação educacional, hábitos de leitura, especificações de seu interesse, etc. Estes dados são transcritos em cartões que constituirão outro arquivo magnético.

3.6 Combinação dos perfis

A operação da combinação entre os perfis, no computador, constitui uma avaliação do sistema. Constatada a combinação, o usuário será notificado através de dois cartões: o do usuário, contendo a referência bibliográfica, e o outro, que deverá ser devolvido ao Centro informando se os documentos recebidos são de seu interesse e se deseja consultá-los em microfichas, em cópia xerox, etc.

Sabe-se, porém, que o primeiro perfil não corresponde aos interesses reais do usuário. Por isso, o cartão-resposta, isto é, aquele devolvido ao Centro, servirá para avaliar o sistema, porque, além das informações mencionadas, é utilizado para modificar o perfil do usuário, mediante alterações

ou acréscimos dos termos dos documentos recebidos. Essa possibilidade de alterar o seu perfil constitui o feedback do sistema. É a tarefa mais importante e a mais crítica do serviço, pelo fato de não existir ainda um caminho seguro para o estudo do perfil do usuário.

3.7 Estratégia de busca

Com apoio no perfil do usuário, são várias as chamadas estratégias de busca que os SDIs utilizam para a recuperação da informação.

A lógica booleana, mais comumente usada, relacionando os termos entre si pelos conectivos AND (e), OR (ou) e NOT (não), seleciona os documentos através de seus descritores.

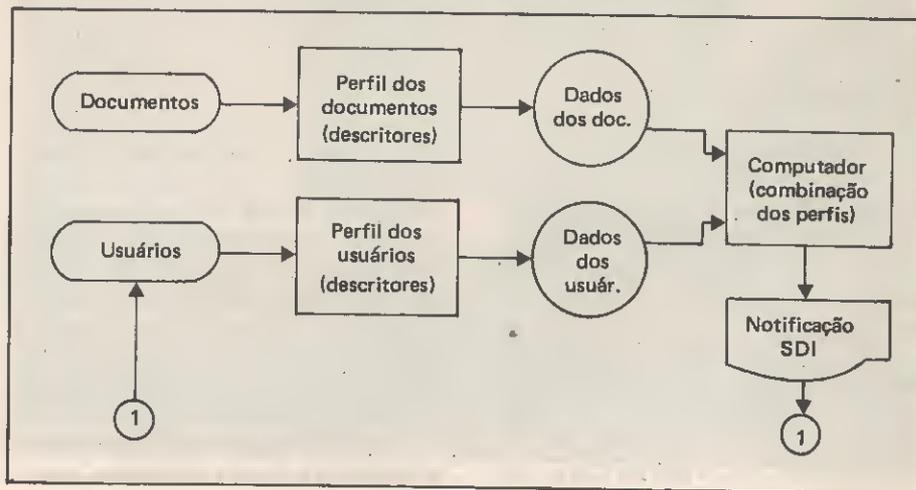
Outro método é o de adotar MUST (necessário), NOT (não) e MAY (talvez), permitindo a checagem da porcentagem de termos selecionados através de MUST e de termos possíveis através de MAY.

Como esses, existem outros métodos combinatórios utilizados para manter o equilíbrio de termos relevantes nos diversos SDIs.

3.8 Input

Dependerá do campo a ser abrangido. Um sistema engajado em ciências sociais fará mais uso de periódicos, enquanto que, se estiver envolvido em projetos e planejamentos, o sistema terá que ser alimentado de relatórios, boletins informativos, normas, e assim por diante.

Basicamente, o funcionamento de um sistema SDI pode ser representado pelo seguinte esquema:



4. Disseminação seletiva da informação no Brasil

O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Petróleo possui um Centro de Documentação que opera com um sistema SDI. Esse serviço cobre um grande número de periódicos oferecendo resumos, mas, como serviço-padrão, podemos apontar o Centro de Informações Nucleares (CIN), pertencente à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Foi criado, em 1970, com o propósito de fornecer grande apoio aos pesquisadores de ciência e tecnologia nucleares. Colabora internacionalmente com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) no estabelecimento de um Sistema Internacional de Informações Nucleares (INIS - International Nuclear Information System), do qual é representante brasileiro.

Todas as técnicas e métodos utilizados pelo CIN foram desenvolvidos por uma equipe brasileira de analistas de sistemas, bibliotecários e cientistas da informação, constituindo, então, um know-how próprio. A indexação é baseada nos descritores do thesaurus do INIS.

Para que um especialista se torne usuário do sistema, deverá fornecer

uma série de informações através de entrevistas ou de formulários, permitindo ao CIN o levantamento de seu perfil profissional.

Existem outros serviços de SDI no Brasil que não serão citados, uma vez que nosso propósito não é fazer um trabalho estatístico.

5. Vantagens e desvantagem do SDI

a) vantagens:

— eficiência quanto ao tempo do usuário acerca de atualização constante;

— complementação de sua educação formal;

— ampliação das fontes documentárias.

b) Desvantagem:

— estimula a preguiça intelectual do usuário, pelo fato de se acomodar com o que já vem pronto.

6. Conclusão

Os problemas resultantes da dispersão e expansão da literatura especializada vêm sendo parcialmente resolvidos pelo sistema SDI que condensa e identifica tipos específicos de informações. Entretanto, dificuldades de semântica e comunicação, armazenamento de dados, etc. constituem problemas no sistema. Embora se considere o grande

valor da comunicação verbal entre cientistas, o SDI aparece como um sistema avançado para a difusão da informação, tendo em vista a urgente necessidade da transmissão do conhecimento.

7. Citações bibliográficas

1. FOSKETT, D.J. *Serviço de informações em bibliotecas*. São Paulo, Polígno, 1969. 159p.
2. LUHN, H.P. Selective dissemination of new scientific information with the aid of electronic processing equipment. In: SCHULTZ, C.K. H.P. Luhn: pioneer of information science; selective works. New York, Spartan, 1968. p. 246-54.
3. SCHNEIDER, H.H. Selective dissemination and indexing of scientific information. *Science*, 173:300-08, July 1971.

Abstract

At present, the SDI system established with the aid of computers' technology is one of the quickest processes of the dissemination scientific information according to the documents and the users' profiles.

in memoriam

José Paes de Barros (1919-1978)

Faleceu a 14 de março José Paes de Barros, deixando saudosos seus parentes, amigos, companheiros de trabalho e todos aqueles que privaram de sua companhia.

Paes de Barros chegou ao Arquivo Nacional, oriundo do antigo Departamento da Defesa Civil. Em 1956 transferiu-se para o Ministério da Justiça, servindo na Divisão de Obras até

1962, quando retornou ao Arquivo Nacional. Em todos estes lugares deixou um grande círculo de amigos. Em 1964 foi designado para a chefia da recém-criada Seção de Documentação Sonora, hoje denominada Seção de Gravação de Som e Imagem, organizando aí um sistema simples, prático e eficiente de catalogação e classificação de discos e fitas, por todos elogiado.

Grande conhecedor da música popular brasileira e de seus intérpretes, reali-

zou um de seus sonhos ao organizar em janeiro deste ano uma exposição das mais concorridas sobre o tema.

Paes de Barros foi o amigo certo, o colega sincero e prestativo.

Sua morte deixa, pois, grande saudade no coração da família do Arquivo Nacional e da Associação dos Arquivistas Brasileiros, onde desempenhou dedicadamente o cargo de Tesoureiro no biênio 1975-77.

arquivo municipal do rio de janeiro

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

Nossa reportagem entrevistou o diretor do Departamento-Geral de Cultura, Marinho de Carvalho e os Arquitetos Edison e Edmundo Musa, do Escritório Musa de Arquitetura, que nos falaram sobre a construção do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro.

A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro encontrou, em termos de arquivo, uma situação que se arrastava por mais de 30 anos, com um total desprezo pela memória carioca.

A atual administração está preocupada com a preservação deste acervo documental empenhando-se em estudar um projeto específico, que dará uma solução para o problema. A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro contratou o Escritório Musa de Arquitetura para elaborar o projeto. Organizou-se, no Departamento de Cultura, uma equipe técnica que se encarregou de estudar o assunto, a fim de caracterizar o necessário embasamento teórico ligado à funcionalidade do prédio, e a sua destinação especial. Após exame e discussões que envolveram os técnicos da mencionada firma de arquitetura e a equipe departamental, chegou-se à elaboração de um modelo, ponto de partida para o projeto posteriormente aprovado.

Atualmente, o Departamento vem tendo a assessoria direta e constante de um especialista em arquivologia. Infelizmente, a falta de um modelo de apoio fez com que se iniciasse do nada. Por outro lado, essa carência, engrandece mais o que foi feito.

Deve-se salientar que a Profª Tereziha Saraiva, apesar de inúmeros problemas que a cercam, sensibilizou-se com a situação do Arquivo incentivando e autorizando o planejamento e a discussão do novo projeto.

Nos planos do Arquivo Geral (que inicialmente abrigará a documentação de caráter permanente) se prevê a expansão do prédio, bem como da

documentação arquivada (Arquivo Intermediário). As reformas do Arquivo, contudo, não incidem somente no seu espaço físico. Paralelamente estão sendo feitos estudos sobre uma legislação de recolhimento, de estrutura do arquivo, bem como sobre seu próprio regimento interno. Esta fase preliminar está sendo dedicada à restauração de documentos (média de 1.800) que compõem o acervo histórico.

Finalizando, o diretor do Departamento-Geral de Cultura, Marinho de Carvalho, diz: "O projeto partiu do nada; não nos foi legado nenhum subsídio pelas administrações anteriores; a equipe trabalhou arduamente, sempre buscando a assessoria de especialistas. Esperamos que desejamos a crítica construtiva, que, entretanto, só será válida se partir de quem realmente conheça o problema e o tenha vivenciado, pois só assim teremos uma contribuição efetiva, capaz de ajudar a sanar as lacunas que porventura nos tenham passado despercebidas."

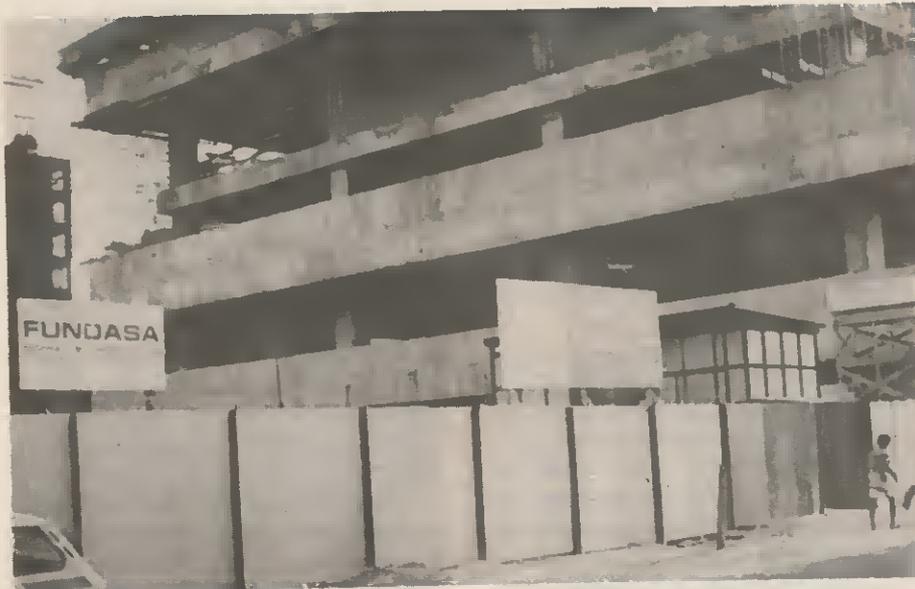
Em seguida, os Arquitetos Edison e Edmundo Musa, na qualidade de responsáveis pelo projeto da construção do novo prédio do Arquivo, assim nos falaram:

"O local escolhido pela Secretaria de Obras para a construção do Arquivo foi o terreno na Av. Pres. Vargas, ao lado da sede dos Correios e Telégrafos, com uma área de aproximadamente 5.500 m².

O programa foi fornecido por uma equipe da Secretaria de Educação juntamente com a do Arquivo Municipal. Com esta equipe, altamente gabaritada, foi discutido o programa, fornecidas todas as informações, como também analisado o projeto em si. Ele foi submetido a essa equipe que, além de orientação, forneceu material bibliográfico específico sobre as condições próprias para a construção do Arquivo.

A idéia da construção de um novo prédio para o Arquivo nasceu das condições muito precárias do atual Arquivo do Município, que está localizado sobre uma carpintaria, na entrada





da Quinta da Boa Vista. O prédio é desprovido de qualquer proteção, com janelas abertas, sujeito a todo tipo de variação de temperatura, umidade, insetos, etc.

A total falta de espaço fez com que, desde 1945, não houvesse recolhimento da documentação. Assim, a história da cidade se encontra espalhada e perdida pelas repartições. Este fato motivou, devido sua importância,

que se fizesse um trabalho rápido e eficiente. O projeto foi idealizado em meados de 1977 e o projeto de execução entregue dentro de 60 dias para que fosse imediatamente colocado em concorrência no início de 1978, a fim de que a obra fosse iniciada.

A duração da obra está prevista em 10 a 11 meses, devendo assim estar concluída no final do ano.



O programa do prédio prevê:

1. Subsolo — para a guarda de documentos, oficina de manutenção, fumação.
2. Acesso — equipamento para o público, auditório com capacidade para 120 pessoas, hall de exposição e duas salas de aula.
3. Primeiro pavimento — área destinada à administração, diretoria, área de depósito e laboratório com acesso independente para os documentos. A localização do laboratório no primeiro andar é para preservação do documento que só poderá transitar pelo prédio depois de ter recebido tratamento adequado. Depois de restaurado, o documento vai para o respectivo andar onde será arquivado.
4. Segundo, terceiro e quarto pavimentos — guarda de documentos.
5. Quinto pavimento — cobertura, refeitório.

Cada pavimento terá área de consulta pública. Todo o prédio possuirá ar condicionado durante 24 horas, gerador próprio e portas contra fogo. Um andar sim outro não, haverá sala de estar para fumantes, com exaustão própria; no terceiro pavimento ficará o serviço de microfilmagem e fotografia.

Esse projeto é expansível. Há uma previsão para que esse prédio se acople com outro idêntico, ao lado, já que há um terreno disponível prevendo este acréscimo. Procuramos estudar o assunto através de uma bibliografia especializada, slides de outros prédios e o assessoramento constante da equipe do Arquivo composta, entre outras, pelas Sras. Lia Temporal Avena, Maura Esândola Tavares e Júnia Gomes da Costa. Procuramos, também, nos adaptar ao programa fornecido e à área oferecida.

Ficamos muito realizados por termos trabalhado neste projeto, dando a ele um tratamento e um carinho muito especial, já que ele vai se destinar à guarda e conservação de documentos, os quais representam a reconstituição da nossa história e da nossa cidade."

curso de arquivologia

O Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília, tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho e o particular interesse do Ministério da Justiça, está organizando o Curso de Arquivologia, a nível de graduação e sob a modalidade plena (2.160 horas). Sua implantação, em convênio com o Ministério da Justiça, que fornecerá os recursos necessários para contratação de quatro novos professores e aquisição de material, é prevista para o segundo semestre de 1978.

Até o momento foram tomadas as seguintes providências:

- a) estudo prévio do currículo pleno;
- b) levantamento das disciplinas oferecidas e das novas disciplinas;
- c) contatos com professores interessados em lecionar em Brasília;
- d) encaminhamento ao Ministério da Justiça do orçamento do curso para 1978;
- e) solicitação feita ao Decano de Ensino de Graduação para criar uma comissão interdepartamental incumbida do planejamento e implantação definitiva do curso.

Brasília. Universidade. Departamento de Geografia e História. Informe, boletim interno, Brasília, p. 12. 1977.

preciosidades jurídicas

Sob o título "Preciosidades Jurídicas", Zózimo Barroso do Amaral noticiou recentemente em sua coluna no *Jornal do Brasil* o seguinte:

- O arquivo centenário do 1º Tribunal do Júri, que reúne mais de 15 mil processos dos últimos 100 anos, deverá ser aberto brevemente a pesquisadores e estudiosos do Direito Penal e Criminologia.
- A decisão é do Juiz Ederson Mello Serra que, ao pesquisar alguns dos processos arquivados, descobriu

verdadeiras preciosidades jurídicas esquecidas no meio da poeira.

- Nos planos do magistrado, também, está a transformação do arquivo do Tribunal num grande centro de pesquisa voltado para estudos de sua especialidade.

4º congresso brasileiro de arquivologia

Por recomendação do Conselho Internacional de Arquivos, da UNESCO, serão realizadas Semanas Internacionais de Arquivos no período de outubro a dezembro de 1979. A AAB para atender à sugestão daquele Conselho, transfere o seu 4º Congresso, previsto para este ano, para o período de 14 a 19 de outubro de 1979, como parte das atividades a serem desenvolvidas naquelas Semanas.

Outros informes serão divulgados oportunamente.

aab participa de curso no pará

Promovido pelo Núcleo Regional da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), de Belém, com a colaboração do Centro de Processamento de Dados do Governo do Estado do Pará, realizou-se naquela cidade de 6 a 11 de março, o Curso de Organização e Administração de Arquivos. O objetivo central deste curso foi o de orientar pessoal de nível superior capaz de organizar, administrar e manter sistemas de arquivos, em instituições públicas e privadas.

As aulas foram ministradas pelas Professoras Marilena Leite Paes, Chefe do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas e Presidente da AAB; Maria de Lourdes Costa e Souza, Secretária Executiva da AAB e Eloísa Helena Riani Marques, Coordenadora dos Arquivos Setoriais da Fundação Getúlio Vargas e Primeira Secretária da AAB.

seminário sobre análise curricular e conteúdo programático de cursos de arquivo

A AAB promoveu, de 15 a 17 de fevereiro, no Auditório do Arquivo Nacional, o *Seminário sobre Análise Curricular e Conteúdo Programático de Cursos de Arquivo*, com os seguintes objetivos: — apreciar a validade, importância e significado da inclusão das disciplinas que compõem o currículo do curso superior de Arquivologia, e de alguns cursos de extensão e aperfeiçoamento; — estudar e debater a adequação dos programas de cursos de arquivo em nível superior, profissionalizante e especiais ou de especialização; — proporcionar uma visão global e integrada dos cursos de arquivo.

Participaram do encontro professores e coordenadores de cursos de arquivo, especialmente convidados pela AAB;

Como expositores:

Introdução à Administração: Jorge Gustavo da Costa e Helena Corrêa Machado.

Introdução ao Estudo da História: Arno Wehling e Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo Wehling.

Introdução ao Estudo do Direito: João Debellian.

Notariado: Deoclécio Leite de Macedo.

Documentação: Maria Luíza Reis Lima.

Reprografia: José Lázaro de Souza Rosa.

Arquivologia:

- **Cursos de Nível Superior:** José Pedro Esposel
- **Cursos de Habilitação Profissional no Ensino de 2º Grau:** Hélio Santos.
- **Cursos Especiais ou de Especialização:** Regina Alves Vieira.
- **Coordenação de Cursos:** Darcila de la Canal Castelan.
- **Estágios Supervisionados:** Marilena Leite Paes.

Como debatedores:

Amado Luiz Cervo, Andresa de Moraes e Castro, Antonio Caetano Dias, Astréa de Moraes e Castro, Carlos Alessio Rossato, Eloísa Helena Riani Marques, Eneida Izabel Schirmer, Gizela Maria Irion, Hâmida Rodrigues Helluy, Heloísa Liberalli Bellotto, José de Jesus Melo, Léo Pinto Guerreiro, Marco Antonio Soares Rodrigues Alves, Margarida Vianna Marques Cerdeira, Maria Amélia Porto Migueis, Maria José Gomes Monteiro Vianna, Mariza Bottino, Martha Paruolo, Maura Esândola Tavares, Plauta Carolina Irion, Xavier Placer.

Após três dias de profícuos estudos e troca de experiências, foram encerrados os trabalhos do Seminário e apresentadas as seguintes recomendações, aprovadas pelos presentes:

1. Que seja evitada a adoção do ciclo básico comum no ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, tendo em vista as significativas diferenças das respectivas profissões.

2. Que o ensino das disciplinas do Curso Superior de Arquivologia seja orientado no sentido de garantir a formação integral do Arquivista, dotando-o de técnicas, metodologia e critérios, de seleção e aplicação, que lhe permitam desempenhar suas atividades com autonomia intelectual/profissional.

3. Que, na elaboração de objetivos, programas e estratégias das disciplinas do Curso Superior de Arquivologia sejam explicitamente assinaladas as formas pelas quais o conteúdo programático será aplicado. Além de informar o aluno, proverá o domínio de estruturas de conhecimento específico que o habilitem a enfrentar as transformações metodológicas e tecnológicas que incidem sobre sua atividade profissional.

4. Que a informação conceitual do conteúdo programático das disciplinas ligadas à História e das disciplinas de complementação deve-se vincular estreitamente, na medida do possível, à Arquivologia, tendo em vista a colaboração que possam dar para a formação integral e conhecimento específico do Arquivista.

5. Que no ensino da disciplina "Introdução ao Direito", nos Cursos Superiores de Arquivologia, seja dada ênfase

ao estudo de Noções do Direito, englobando todos os seus ramos.

6. Que as Universidades mantenedoras de Cursos de Arquivologia, incluam na programação da disciplina "Introdução à Administração" o ensino de técnicas de O&M.

7. Que a AAB promova, no momento oportuno, um Encontro de professores, instituições e demais pessoas interessadas, para examinar, elaborar e oferecer como subsídio um programa ideal de ensino da disciplina "Paleografia e Diplomática", a fim de que esta atinja as reais necessidades do nosso acervo documental, constituído basicamente a partir do século XVI.

8. Que sejam utilizados, como laboratórios dos Cursos Superiores de Arquivologia, os arquivos da própria comunidade.

9. Que os chefes de departamento e coordenadores dos Cursos de nível superior de Arquivologia mantenham estreita colaboração, através de Encontros, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da implantação dos referidos Cursos, permutando suas experiências.

10. Que a AAB elabore e forneça aos coordenadores dos Cursos de Arquivologia nas Universidades o perfil do Arquivista, visando à adequação dos programas de ensino às realidades profissionais dos Arquivistas.

11. Que a AAB elabore bibliografia exaustiva para orientar as Universidades que mantenham Cursos de Arquivologia, na aquisição de livros, periódicos, etc.

12. Que seja criado na AAB um Grupo de Trabalho para planejar a Campanha do Ensino Profissionalizante em 2º grau.

13. Que a AAB promova uma campanha no sentido de elevar a qualidade do ensino nos cursos avulsos de arquivo, visando garantir a valorização dos profissionais da área.

programa geral de informações da unesco

Conforme decisão da Conferência Geral do Programa Geral de Informações da UNESCO, em sua 19ª sessão, realizou-se em Paris de 11 a 14 de outubro de 1977 a 1ª sessão do Comitê Consultivo.

O Comitê Executivo é composto de 18 membros, entre os quais citamos o Dr. M. I. Abu Salim, presidente da ARBICA e membro do Comitê Executivo do CIA, Prof. José Pedro Esposel, membro do mesmo Comitê, e Mr. A. A. Bouso, presidente do Comitê de Formação e Educação do CIA.

O CIA esteve representado na sessão por Mr. Bruno Delmas, membro do Comitê pour le Developpement des Archives.

O problema das diferentes etapas do desenvolvimento da administração de arquivos concentrou a atenção geral e, no curso dos debates, foi bem acolhida pelo Comitê a "proposta para a gestão de arquivos e os serviços a ela ligados".

curso e bolsas de estudo

Curso de Habilitação em Arquivos

Sede: Escuela de Archiveros, Universidad Nacional de Córdoba, Avda. Hipólito Irigoyen 174 - 5000 - Córdoba

Organismos patrocinadores: Organización dos Estados Americanos, OEA - Centro Interamericano de Desenvolvimento de Arquivos

Duração: 7 meses (de abril a outubro)
Bolsas de estudo: Consultar as possibilidades no escritório da OEA no país do candidato.

Estágio Técnico Internacional

Sede: Archives Nationales, 60 rue des Francs-Bourgeois, 75141, Paris, Cedex 03, França.

Organismo patrocinador: Direction des Archives de France

Duração: janeiro-março 1979

Bolsas de estudo: Consultar a Embaixada Francesa no país do candidato.

Cursos oferecidos pelo Governo Alemão

A AAB recebeu da SUBIN ofício encaminhando programação de cursos oferecidos pelo Governo Alemão, em regime de bolsas de estudo, para o ano de 1979.

A seguir transcrevemos matéria de interesse dos profissionais de arquivo, informando que outros esclarecimentos deverão ser solicitados diretamente à SUBIN:

Materia de Estudio del Programa	Programa de estudios en Escuelas Profesionales — Información (Archivo)	Actualización 12/76 2380
Tipo del Programa	Enseñanza escolar	
Organización y administración del Programa	Departamento de Educación, Ciencias y Documentación de la Fundación Alemana para el Fomento del Desarrollo Internacional, en Bonn, en colaboración con la Escuela de Archivo de Marburg, Instituto para Ciencias de Archivo.	
Objetivos del Programa	Perfeccionamiento profesional para archiveros destinados a ocupar puestos elevados.	
Condiciones de Ingreso	Finalización de los Estudios Secundarios. Experiencia práctica en bibliotecas, escribanía o archivo, con dedicación preponderante al trabajo sobre documentos germanófonos o en colaboración estrecha con instituciones alemanas. Si carece de esta experiencia, se le ofrecerá la posibilidad de adquirirla durante los estudios del idioma.	
Contenido del Programa	Adaptación del plan formativo de la Escuela de Archivo a las condiciones individuales, especialmente: <ul style="list-style-type: none"> — registro de documentos; — ordenación y catalogación de archivos; — administración de archivos; — derecho de archivos; — morfología en la evolución de la escritura; — técnicas de archivo (conservación, restauración y reproducción de escrituras, reprografía); — historia de la administración; — historia social y económica. 	
Duración del Programa	Hasta 24 meses, de ellos 6 para formación idiomática, 12 meses de estudios teóricos y 6 de formación práctica	
Idioma del Programa	Alemán, se desean conocimientos del latín.	
Conclusión del Programa	Documento sobre el perfeccionamiento profesional. Certificado de finalización después de la superación de las pruebas (Archivero de categoría superior).	
Beca	De acuerdo con las normas vigentes para la formación profesional y el perfeccionamiento de personas pertenecientes a países en vías de desarrollo.	
Observaciones	En algún caso, se concertará con determinados países según un proyecto determinado.	

congresso em minas aplaude preservação da memória nacional

O 1º Congresso de História de Minas, que reuniu em Belo Horizonte um número considerável de historiadores, pesquisadores e estudantes de História, enviou mensagem de congratulações a Roberto Marinho, pela iniciativa da Campanha de Preservação da Memória Nacional.

Na mensagem, dizem os participantes do Congresso: "Nos diversos assuntos que têm sido debatidos, verificamos que um dos mais graves problemas históricos brasileiros é a perda da Memória Nacional através da implacável destruição de todo o nosso acervo histórico público. Os brasileiros vão aos poucos perdendo seus vínculos

com o passado e comprometendo seu próprio futuro".

Os congressistas também aprovaram moção endereçada às autoridades do País, solicitando-lhes apoio e assistência para a pesquisa histórica no Brasil.

Eis o texto do documento dirigido às autoridades:

"O 1º Congresso de História de Minas, realizado no mês de janeiro do corrente ano, julga oportuno endereçar às dignas autoridades de todos os níveis — federais, estaduais e municipais — caloroso apelo no sentido de prestigiarem ou mesmo auxiliarem a pesquisa histórica, nas diversas áreas que podem interessar ao estudo de nosso passado.

O interesse pela pesquisa histórica, para a qual julgamos necessário e mesmo urgente procurar conscientizar as autoridades constituídas do País,

nos três níveis mencionados, abrange variada gama de problemas, todos eles de mais alta relevância, desde a preservação do nosso patrimônio histórico, especialmente os arquivos, até a assistência e amparo material aos que se dedicarem à investigação do nosso passado.

... O 1º Congresso de História de Minas crê oportuno o momento para este apelo e espera, dentro de seus recursos e possibilidades, que o que ora se aprova nesta Assembléia venha a merecer o apoio de outros órgãos interessados na pesquisa histórica — arquivos, museus, bibliotecas, institutos históricos, academias de letras, institutos universitários, etc. — para que, levadas às autoridades do País, possam suas proposições sensibilizá-las, concitando-as a fazer alguma coisa para a preservação da memória nacional." (O Globo, 19/2/78)

6ª assembléia geral da associação dos arquivistas brasileiros

No dia 29 de março de 1978, realizou-se no auditório do Arquivo Nacional a Assembléia Ordinária da AAB.

Fizeram parte da Mesa: Helena Corrêa Machado — Presidente da Sessão. Eloísa Helena Riani Marques — Secretária. Marilena Leite Paes — Presi-

dente da AAB. Deusededit Leandro de Oliveira — membro do Conselho Fiscal. José Pedro Esposel — Presidente do Conselho Deliberativo.

Dentre os tópicos da reunião, destacam-se:

— Inicialmente fêz-se uma homenagem in memoriam a Paes de Barros, com um minuto de silêncio.

Após submetidos ao plenário, o Relatório e a Prestação de Contas do exercício de 1977 foram aprovados.

— Realizou-se solenidade de entrega dos títulos de sócios honorários a José

Lázaro de Souza Rosa e Jorge Gustavo da Costa.

— Foram empossadas respectivamente nos cargos de Primeira e Segunda Tesoureiras: Norma Viegas de Barros e Aurora Ferraz Frazão.

— Das comunicações apresentadas, mencionam-se aquelas sobre o 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, sobre as Semanas Internacionais de Arquivos e a Regulamentação da profissão.

— O Prof. Esposel prestou homenagem especial ao querido colega Paes de Barros, recentemente falecido.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS BALANCETE DE VERIFICAÇÃO JANEIRO A DEZEMBRO DE 77

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO	S/DEVEDOR	S/CREADOR
01 - CAIXA	906.283,59	904.848,33	1.435,26	-
02 - CONTRIB. ASSOC.	-	41.855,00	-	41.855,00
03 - BANCO - BEMGE	218.125,73	349.506,60	-	131.380,87
04 - BANCO - BRASIL S/A	460.970,00	413.760,95	47.209,05	-
05 - BANCO - BANERJ	5.000,00	-	5.000,00	-
06 - PREVID. SOCIAL	32.674,80	1.344,32	31.330,48	-
07 - DESP. DE CONGRESSO	2.000,00	-	2.000,00	-
08 - PIS	128,76	-	128,76	-
09 - FGTS	1.347,20	-	1.347,20	-
10 - SALÁRIO	15.304,00	-	15.304,00	-
11 - 13º SALÁRIO	1.500,00	-	1.500,00	-
12 - PRESTAÇÃO DE SERV.	489.773,90	-	489.773,90	-
13 - DESP. DE CONDUÇÃO	1.362,60	-	1.362,60	-
14 - CORRESPONDÊNCIA	6.969,60	-	6.969,60	-
15 - MATERIAL DE EXPED.	4.947,87	-	4.947,87	-
16 - DESP. GERAIS	13.660,73	-	13.660,73	-
17 - DESP. BANCÁRIA	263,00	-	263,00	-
18 - NÚCLEO DE BRASÍLIA	-	2.775,00	-	2.775,00
19 - LICENÇAS E TAXAS	2.601,00	-	2.601,00	-
20 - CONTRIB. SINDICAL	25,60	-	25,60	-
21 - ALUGUEL	7.597,80	-	7.597,80	-
22 - TÍTULOS A RECEBER	100.000,00	-	100.000,00	-
23 - IMPOSTO DE RENDA FONTE	32.598,99	29.804,99	2.794,00	-
24 - LIVROS EM CONSIGN	-	1.210,00	-	1.210,00
25 - RECEITA DE CONGRESSO	-	10.185,73	-	10.185,73
26 - RECEITAS DE CURSOS	-	123.550,00	-	123.550,00
27 - DESP. CURSOS	44.848,50	-	44.848,50	-
28 - DOAÇÃO P. FÍSICA	-	500,00	-	500,00
29 - CONTRIB. À ENTIDADE	2.857,25	-	2.857,25	-
30 - CONT. DE ENT. PART.	-	2.000,00	-	2.000,00
31 - CONT. DE ENT. PUB.	-	450.000,00	-	450.000,00
32 - FÉRIAS	500,00	-	500,00	-
33 - PRÊMIOS CONCEDIDOS	3.000,00	-	3.000,00	-
34 - SERVIÇOS PRESTADOS	-	30.000,00	-	30.000,00
35 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7.000,00	-	7.000,00	-
TOTAL	2.361.340,92	2.361.340,92	793.456,60	793.456,60

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 1977

RECEITAS

01 – CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS	41.855,00	
02 – NÚCLEO DE BRASÍLIA	2.775,00	
03 – LIVROS EM CONSIGNAÇÕES	1.210,00	
04 – RECEITA DE CONGRESSO	10.185,73	
05 – RECEITA DE CURSOS	123.550,00	
06 – DOAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS	500,00	
07 – CONTRIBUIÇÕES DE ENTID. PARTICULAR	2.000,00	
08 – CONTRIBUIÇÕES DE ENTID. PÚBLICA	450.000,00	
09 – SERVIÇOS PRESTADOS	30.000,00	<u>662.075,73</u>

DESPESAS

01 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	31.330,48	
02 – DESPESA DE CONGRESSO	2.000,00	
03 – PIS	128,76	
04 – FGTS	1.347,20	
05 – SALÁRIO	15.304,00	
06 – 13º SALÁRIO	1.500,00	
07 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	489.773,90	
08 – DESPESA DE CONDUÇÃO	1.362,60	
09 – CORRESPONDÊNCIA	6.969,60	
10 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	4.947,87	
11 – DESPESAS GERAIS	13.660,73	
12 – DESPESA BANCÁRIA	263,00	
13 – LICENÇAS E TAXAS	2.601,00	
14 – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	25,60	
15 – ALUGUEL	7.597,80	
16 – IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	2.794,00	
17 – CONTRIBUIÇÕES À ENTIDADE	2.857,25	
18 – DESPESAS DE CURSOS	44.848,50	
19 – FÉRIAS	500,00	
20 – PRÊMIOS CONCEDIDOS	3.000,00	632.812,29
VARIAÇÃO PATRIMONIAL		<u>29.263,44</u>
		<u>662.075,73</u>

Rio de Janeiro, RJ, 31 de dezembro de 1977

(a) Almir de Amorim Machado
Técnico em Contabilidade
Reg. no C.R.C. – RJ. 011.705-2

curso de organização de arquivos de empresas

Um programa de aperfeiçoamento de alto nível

Secretaria da AAB
Praia de Botafogo, 186 – Sala B-217
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: 246-6637

1. Objetivo

Oferecer a dirigentes e profissionais de administração e documentação informações sobre administração de documentos, e propiciar conhecimentos

fundamentais sobre os princípios e técnicas de organização de arquivos.

2. Metodologia

Além das aulas teóricas, os professores utilizarão dispositivos audiovisuais e promoverão debates e estudo de casos.

3. Período

De 14 a 18 de agosto de 1978, num total de 35 horas de atividades.

4. Horário

De 9h às 12h30min. e
De 14h30min. às 18h, diariamente.

5. Local

Auditório do Arquivo Nacional
Praça da República, 26 – 3º andar
Rio de Janeiro, RJ.

6. Vagas

Mínimo de 20 (vinte)
Máximo de 40 (quarenta).

7. Data e local das inscrições

As inscrições estarão abertas até 9 de agosto de 1978, na secretaria da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Praia de Botafogo, 186, sala B-217 – 20.000 – RIO DE JANEIRO.
Tel.: 246-6637, de 13 às 17h.

OBS.: As inscrições também podem ser feitas mediante remessa de cheque em nome da Associação dos Arquivistas Brasileiros, com a indicação do(s) nome(s) do(s) participante(s) e empresa(s) que representa(m).

8. Taxa

Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros). Os associados da AAB, quites com o pagamento de suas mensalidades, gozam do desconto de 15%. O mesmo desconto será concedido aos que, na inscrição do curso, se tornarem associados, desde que efetuem o pagamento de uma anuidade.

Para as firmas que solicitarem três ou mais inscrições, o desconto será de

10%, excluídos os casos de associados.

9. Certificados

Serão conferidos certificados de frequência aos participantes que obtiverem 100% de presença.

10. Programa

— Conceitos, classificação dos arquivos, terminologia, princípios.
— O papel do arquivo na empresa moderna.

— Fundamentos de organização e métodos.

— Administração de documentos.

— Organização de arquivos:

a) estudos preliminares sobre a estru-

tura e funcionamento das instituições a que o arquivo irá servir;

b) levantamento e análise da documentação;

c) elaboração de projetos: centralização versus descentralização; coordenação; o arquivo como sistema; escolha do método adequado de arquivamento;

d) fundamentos sobre como elaborar um código de assuntos;

e) elaboração de manuais de arquivo.

— Recursos humanos, financeiros e equipamentos.

— Implantação e funcionamento dos arquivos correntes e protocolos; arquivos intermediários e arquivos permanentes.

— O valor jurídico dos documentos.

Preço do papel sobe pela 4.^a vez este ano

Nova Iorque (AP-JB) — Os preços do papel de imprensa subiram de novo ontem — pela quarta vez este ano — ao expirarem os acordos de controle entre os fabricantes norte-americanos. Os produtores atribuem a alta ao aumento das matérias-primas.

Os preços subiram de 213,50 para 234,50 dólares (Cr\$ 1.638,00) a tonelada de papel standard, de 30 libras, no Sul e Leste dos Estados Unidos. No Oeste, a elevação alcançou 245 dólares, em razão de fretes e mão-de-obra mais caros.

Absorção difícil

O aumento se explica, basicamente, pela subida exagerada dos custos de combustível, madeira e produtos químicos

O acordo que expirou nos Estados Unidos, entre 33 fabricantes, fixava em 190 dólares a tonelada de papel standard no período entre 1.º de maio a 1.º de agosto. O aumento de ontem significa também a elevação dos custos operacionais de todas as empresas jornalísticas norte-americanas, que consomem mais de 100 mil toneladas por ano.

Os jornais já tinham absorvido aumentos dos produtores de papel em março e maio, num total de 3,25 dólares a tonelada, determinados também por uma redução no abastecimento mundial. Apesar das elevações seguidas, a indústria de papel nos Estados Unidos não teve lucros significativos; em 10 anos, a margem de lucro vem sendo inferior a 5%.



semanas internacionais de arquivos

O Conselho Internacional de Arquivos, em seu Boletim n. 9, de dezembro de 1977, divulgou o seguinte documento de trabalho referente às Semanas Internacionais de Arquivos.

Trad. Regina Alves Vieira

Sugestões de providências e iniciativas nacionais do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos.

A celebração deverá ser feita em cada país, entre 1º de outubro e 15 de dezembro de 1979, constando de manifestações a nível nacional, regional, local ou institucional.

— As semanas devem ser programadas e organizadas conjuntamente pela administração dos arquivos e a associação de arquivistas, através de uma comissão organizadora nacional.

— Recomenda-se, ainda, criar uma comissão de honra nacional, sob a presidência do Chefe de Estado ou do Chefe do Governo.

Eventos nacionais

1. Exposição de arquivo

Uma exposição arquivística representativa, organizada na capital e, se possível, inaugurada pelo Chefe de Estado. Pode ser ela consagrada à história e às atividades de arquivo e/ou ao patrimônio arquivístico nacional.

2. Filmes sobre os arquivos

Produção de filmes sobre os arquivos que poderão ser exibidos na televisão ou nos cinemas de maneira a sensibilizar, ao máximo, a população.

3. Publicações

Entre outras possibilidades, recomenda-se às comissões organizadoras nacionais os seguintes tipos de publicações:

- I. catálogo da exposição de arquivo;
- II. guia geral dos arquivos do país;
- III. álbum sobre os arquivos;
- IV. número especial da revista profissional;

V. folder

4. Congresso nacional de arquivos

Um congresso ou uma conferência nacional deve ser organizado durante a celebração das Semanas, e consagrado a assuntos de interesse geral, com a participação de intelectuais e de personalidades políticas.

5. Selos de correio

Edição de um selo ou de uma série de selos sobre os arquivos (prédios, documentos, símbolos, etc.) pela administração dos Correios e lançamentos no primeiro dia.

6. Venda de lembranças nos arquivos e nas exposições

— reprodução de documentos, de plantas, de cartazes e de selos (fac-similados, diapositivos eventualmente com fita sonora, etc.)

— discos ou fitas sonoras de discursos históricos;

- caixas de fósforos;
- cartazes das Semanas;
- insígnias.

7. Meios de comunicação

Reportagens e entrevistas na televisão, no rádio, nos jornais e em revistas.

Eventos a nível estadual

Como em geral a administração federal não tem autoridade sobre os arquivos dos estados, será conveniente criar comissões organizadoras nos estados para a programação e organização das Semanas.

A nível de estados, as manifestações e acontecimentos poderiam ser os mesmos que a nível nacional, com algumas opções suplementares tais como:

1. Publicações científicas e educativas

— edições relativas a fontes sobre a

história da região, destinadas às escolas;

— publicações científicas (edições de fontes, monografias, etc.).

2. Colóquios

— colóquios arquivos/universidades;
— colóquios interprofissionais com a participação de bibliotecários, museólogos, etc.

3. Atividades em matéria de formação

Cursos ou seminários organizados pelos arquivos públicos, destinados a arquivistas de pequenas cidades, de empresas econômicas, etc.

Eventos a nível de arquivos locais ou institucionais

Além de exposições, publicações eventuais e venda de lembranças, as instituições de arquivo podem organizar outros eventos tais como:

1. Operações a portas abertas

Para mostrar principalmente laboratórios, depósitos, salas de trabalho, etc.

2. Cursos de história

Com a apresentação de documentos destinados a alunos das escolas.

3. Jornadas de administração de documentos

Compreendendo principalmente palestras com administradores e visitas dirigidas.

4. Jornadas de pesquisa

Compreendendo reuniões e palestras com historiadores, amadores e genealogistas, organizadas com a cooperação das universidades e das sociedades intelectuais.

sessão anual do comitê executivo do conselho internacional de arquivos

Transcrição da saudação do Sr. Michel D'Ornano, ministro da Cultura e do Meio Ambiente da França, na abertura da Sessão Anual do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos.

Trad. Mariza Bottino

Lyon, 10 de outubro de 1977.

Estou feliz em desejar-lhes, em nome do Governo francês, as boas-vindas à Lyon, fazendo votos de que esta Sessão Anual do Comitê Executivo seja frutífera tanto para o Conselho Internacional de Arquivos, cujos trabalhos são dirigidos pelos Srs. em conjunto, como para as administrações pelas quais cada um é responsável em seu respectivo país.

A reunião de hoje, a meu ver, possui três significados. Em primeiro lugar, o do sucesso da política seguida, com tenacidade, pelos poderes públicos para alcançar um melhor equilíbrio entre as regiões francesas. Decidindo realizar a Sessão Anual em Lyon, os Srs. escolherem sediá-la numa cidade de tradição, que, sem abrir mão de suas peculiaridades, soube, em excelentes condições, transformar-se para assumir uma nova vocação, de dimensão mundial. Sua presença aqui é também a prova do grande interesse da França com relação ao Conselho Internacional de Arquivos: meu país está interessado no desenvolvimento, sob todos os seus aspectos, da cooperação entre as diferentes administrações nacionais dos arquivos; logo, ele está particularmente atento ao sucesso de sua instituição, na diversificação de suas atividades e no crescimento de sua estrutura. Enfim, direi que uma assembleia como esta, que reúne representantes da totalidade

dos responsáveis nacionais pelos arquivos no mundo, testemunhá a crescente importância que se atribui à preservação e à valorização de um dos elementos essenciais do patrimônio da humanidade.

Desde o tempo em que se organizou o que chamamos ainda de "Premier Trésor des Chartres", até nossa época quando se verá surgir, em Fontainebleau, a cidade dos arquivos contemporâneos, a França sempre admitiu não existir vida cultural nem vida administrativa sem bons arquivos.

A organização dos arquivos da França nasceu do infortúnio do Rei Felipe Augusto que, há oito séculos, viu-se despojado de seus arquivos por tê-los imprudentemente transportado consigo para o campo. Cem anos mais tarde, o Rei Felipe, o Belo, determinava como principal missão dos serviços de arquivo a de conservar e encontrar com rapidez e segurança os documentos sem os quais não seria possível governar. Desde suas origens, os arquivos da França foram criados para servir aos poderes públicos, quer dizer, eles deveriam ser ativos, e seu objetivo primeiro, já em plena Idade Média, era sua eficácia. A Revolução Francesa conferiu aos arquivos uma outra característica; decretando que os arquivos da Assembléia Nacional pertenciam ao Estado, a Assembléia Constituinte transformou esses documentos, até então simples instrumentos de gestão, num símbolo: o da Soberania Nacional, e também da Unidade Nacional.

Nesse ínterim contudo, a ciência histórica foi lentamente constituída e não se admitia mais como possível conhecer o passado somente através das narrações daqueles que o haviam vivido. O recurso às fontes autênticas, aos documentos que constituíam provas, impunha-se aos historiadores do classicismo, que foram também os primeiros a se preocupar em escrever cuidadosamente a História. Os grandes arquivistas do século XVII e os eruditos do século XVIII conferiram aos serviços de arquivo uma nova feição, a de ciência. Baseados nos arquivos, os sábios do século passado puderam utilizar-se de métodos mais científicos e aprimorar a crítica histórica.

O progresso da instrução pública e o aumento do tempo de lazer suscitou

em nosso século uma extraordinária sede de cultura. Pelo fato de os arquivos possibilitarem o conhecimento do passado do qual o homem é feito e onde ele busca saber o que é, passaram a ocupar lugar de destaque na vida cultural, que é uma das formas mais elevadas de progresso social e humano. Os arquivos, ao contrário de se constituírem em campo de estudo de uma minoria erudita trabalhando em benefício próprio, abriram-se aos homens do nosso século para ajudá-los a compreender a civilização. No museu imaginado por meu predecessor André Malraux e com o qual queria dotar nossos contemporâneos, os arquivos ocupam lugar de relevo, isto é, o de um passado vivo que ilumina o presente. Eis porque, na França, os arquivos são parte integrante do Ministério da Cultura, desde que este foi constituído, há cerca de 20 anos.

Enfim, os arquivos são o fundamento insubstituível de toda pesquisa sobre o homem e as sociedades humanas. Tanto quanto a História, disciplinas como a Sociologia, a Psicologia Coletiva ou a Geografia Econômica encontram nos arquivos uma fonte essencial, e cabe aos arquivistas do presente preservar, ordenar e explorar para melhor guiar os passos dos pesquisadores. Assim, os arquivos constituem-se num instrumento da ciência, e os serviços que estão sob a responsabilidade dos Srs., são de suma importância para o conhecimento.

Responsável pela cultura, também não posso esquecer que sou ministro do meio ambiente. O meio ambiente não é fruto do momento mas produto da história, de uma história onde nem sempre uma visão superficial sobre o mundo presente é suficiente para que possamos compreendê-la. Quantos lugares, quantos horizontes, quantas obras comuns da natureza e do homem não teriam sido compreendidos em sua totalidade sem uma interrogação ao passado, à descrição ou à explicação que puderam dar, às etapas anteriores do desenvolvimento, aqueles que foram os responsáveis ou testemunhas.

Reflexo da França, os arquivos são também a expressão da organização administrativa do país; sua diversidade traduz a originalidade das estruturas territoriais. Os arquivos nacionais são, assim, os dos poderes públicos e dos

organismos centrais que, desde a Idade Média, participaram do Governo da França. Os arquivos departamentais são, por sua vez, os herdeiros da administração e jurisdições do Antigo Regime, bem como os guardiães da documentação produzida ou recebida pelos serviços do Estado implantados nos departamentos e serviços das coletividades departamentais. Profundamente semelhantes uns aos outros, são, no entanto, distintos em função da diversificação de patrimônios históricos e culturais. Esta riqueza faz dos serviços departamentais de arquivos focos de incentivo cultural. Quanto aos arquivos das comunas, aos quais o controle do Estado não retira qualquer parcela de autonomia, são decorrência de uma vida municipal onde gradativamente se forjou o civismo francês.

Expressão do mapa administrativo da França, os arquivos também traduzem o papel do Estado e das coletividades públicas na vida cotidiana. Eles são a medida dos domínios nos quais se manifestou, em um equilíbrio político há muito tempo em transformação, a intervenção pública sob as suas mais variadas formas. Nessas condições, não é surpresa, por exemplo, que os fundos das jurisdições do Antigo Regime possuam tal qualidade desde o momento em que se sabe o quanto a Justiça atuou como instrumento de reforço do Estado. Também não surpreende que os fundos do Ministério da Educação estejam entre os mais importantes para o conhecimento dos cem últimos anos, já que se sabe do papel primordial desempenhado pela instrução pública no desenvolvimento da República. O mesmo se dá com relação ao desenvolvimento econômico do país no curso do último meio século, quando importantes departamentos econômicos constituíram-se no seio dos serviços de arquivos. Os documentos emanados dos órgãos públicos com missão econômica, assim como as empresas que, espontaneamente, colocaram à disposição dos pesquisadores uma boa parte de seus arquivos, formam um conjunto, graças ao qual a França do século XX proporcionará para aqueles que vierem a conhecê-la através dos seus arquivos, um panorama vivo daquilo que compõe suas diversas atividades.

Quinze séculos de arquivos, oito séculos de organização arquivística não

podem fazer esquecer as grandes preocupações do momento presente. A principal é aquela advinda do volume avassalador de documentos, que, sob as mais diversas formas, ou seja: papéis, imagens, sons, sinais elétricos, fitas magnéticas emanam de todos os organismos que participam da gestão do mundo contemporâneo. Essa mesma massa documental exige a construção de mais e maiores depósitos. A diversidade de suportes dos documentos exige que se recorra a técnicas modernas às quais, até alguns anos atrás, os arquivistas tentavam manter-se alheios. Eis o grande paradoxo da arquivística do nosso tempo. Sábios experimentados nas técnicas de erudição, disciplina rigorosa, e de análise crítica, cada vez mais apurada pois que os séculos desgastaram os documentos dificultando sua interpretação, os Srs. têm, no momento, a principal missão de preservar a memória do presente e assegurar que o futuro possa ter um passado. Devem ainda controlar a superprodução de documentos, sem o que as eliminações indiscriminadas destruiriam o patrimônio histórico de sua nação, enquanto que a gestão administrativa cotidiana se encarregaria por seu lado da sobrevivência do que seja o material do conhecimento.

Os Srs. devem velar por conservar legíveis e pesquisáveis os documentos efêmeros, nascidos das modernas tecnologias da reprodução, material esse cuja matéria se degrada muito rapidamente.

Isto quer dizer que o seu campo de ação se expandiu e que é preciso dominar um número sem-par de disciplinas modernas. Ora, ninguém pode viver toda uma vida somente com a bagagem intelectual e técnica adquirida pelos anos de estudos. À medida que se procura introduzir a tecnologia contemporânea na gestão dos arquivos e as formas modernas de arquivos na tecnologia do arquivista, os poderes públicos devem, em todos os países, propiciar a todos os que têm essa missão uma formação que lhes permita fazer face às novas condições. Sem desmerecer a formação científica de alta qualidade recebida pelos arquivistas, é conveniente dar-se uma constante formação graças à qual todos aqueles que são os responsáveis pelos arquivos contemporâneos se tornem em homens do presente.

No momento em que as técnicas cada vez mais elaboradas penetram nos arquivos, estes, longe de se voltarem para si mesmos, com proveito somente para iniciados, abrem-se à curiosidade dos homens, à interrogação da juventude escolar, ao interesse cada vez mais vivo que cada um manifesta por um passado que o ajuda a melhor situar seu destino individual na sucessão das gerações. Museus e exposições colocam à disposição, daqueles que jamais ousariam transpor o patamar até alguns anos atrás reservado aos eruditos, os documentos graças aos quais a História não é somente um conceito abstrato, uma elaboração intelectual, mas dá ao horizonte de cada um a dimensão humana.

Essas diversas evoluções, tanto quanto a necessidade de generalizar por todo o planeta a proteção do patrimônio arquivístico, impõem o desenvolvimento de uma estreita cooperação entre as administrações nacionais de arquivos. Hoje, esta obra se manifesta no Conselho Internacional de Arquivos. Sua instituição já conta com mais de 110 países-membros, e isto já diz tudo o que ela representa para a arquivística de nosso tempo. Graças a seus congressos periódicos, a seu Comitê Executivo, a suas Comissões Especializadas, das quais os Srs. coordenam as atividades, sua instituição, progressivamente acionou toda uma rede extremamente compacta, destinada a incrementar a colaboração internacional sob seus mais diversos aspectos. Esta rede permite troca intensiva e permanente de informações sobre os objetivos e os meios, as técnicas e os métodos, o pessoal e o equipamento, assegurando rápida circulação dos resultados dos estudos científicos, frutos das inovações tecnológicas. O progresso obtido em um país-membro pode, assim, beneficiar em menor espaço de tempo a comunidade arquivística internacional no seu conjunto.

Mas o intercâmbio entre as administrações de arquivos não se restringe apenas a informações. Através de missões de estudo, envio de especialistas, e constituição de uma documentação adequada, sua instituição traz ajuda incomparável, nos planos metodológicos e técnico, à organização e ao funcionamento dos arquivos em inúmeros países. Contribuindo para a preservação e valorização do patrimô-

nio arquivístico destas nações, ela é a expressão de uma solidariedade que ultrapassa de longe o simples âmbito histórico e cultural. Os Srs. trazem para esta cooperação, eu bem o sei, toda sua competência e toda sua fé. Não vivemos mais no tempo em que cada um por si só podia resolver a totalidade de problemas que se lhe impunham. Só a experiência de todos pode, eficazmente, contribuir para solucionar as dificuldades cada vez mais árduas que se encontram a cada dia. De sua parte o Governo francês manifestou, desde o nascer deste meio século, a importância que ele atribuía a esta obra de cooperação internacional. Meu país esforçou-se por facilitar a instalação de sua instituição, e contribuir para reforçar sua estrutura. Ele participa ativamente — creio poder afirmá-lo — dos diferentes trabalhos do Conselho Internacional de Arquivos e lhes é grato por haverem fixado em Paris a sede de seu Secretariado Geral.

Permitam-me alongar por um instante sobre uma das formas essenciais da participação da França neste esforço internacional. As dezenas de jovens arquivistas, provenientes de todos os continentes, que a cada ano são acolhidos no estágio internacional de Paris, não são apenas especialistas vindos para receber um complemento de formação técnica. Esta formação comum, da qual eles se beneficiam, parece-me essencial para enraizar no espírito dos responsáveis de amanhã uma concepção ímpar de sua missão. Se a idéia que eles têm de sua tarefa, da responsabilidade que assumem tornar-se fundamentalmente a mesma através da diversidade das heranças e sistema, então, sua determinação terá produzido seus frutos.

Colaborando para o desenvolvimento das diversas instituições pelas quais os Srs. exprimem sua vontade de trabalhar em comum, a França acredita servir, em benefício das gerações de amanhã, a um ideal que ultrapassará as fronteiras. Organizando encontros e intercâmbios de idéias, permitindo um confronto frutífero de materiais e equipamentos, os Srs. trazem sua contribuição para a busca de uma melhor compreensão entre os homens. Por essa obra comum eu lhes trago, assegurando-lhes o apoio da França, minhas mais calorosas felicitações.

Prezado leitor

Após cinco anos de publicação ininterrupta, Arquivo & Administração, da Associação dos Arquivistas Brasileiros agradece aos seus leitores não-institucionais o interesse que a levou a transpor os limites desta Entidade para atender a pedidos do Brasil e até do exterior.

Cerca de mil pessoas e organizações alheias aos quadros da Associação dos Arquivistas Brasileiros recebem, sem ônus, nossa Revista. Isso nos envaidece, por um lado, mas, por outro, representa um encargo financeiro considerável e crescente. Depois da análise de seus custos gráficos, grandemente aumentados em 1978, e devido à majoração das tarifas postais, os preços foram estipulados para os não-sócios em Cr\$ 25,00 para o exemplar avulso ou atrasado e Cr\$ 60,00 para a assinatura anual.

O momento mostra-se oportuno: a partir de abril de 1978, nossa Revista está sendo editada dentro de novos padrões editoriais e já em agosto estará sendo distribuída com regularidade.

Contando com sua compreensão e acolhida, aguardamos sua breve resposta. Basta que você preencha e nos devolva prontamente a autorização abaixo.

Quanto à forma de pagamento, preferimos o cheque bancário pagável no Rio de Janeiro, emitido em favor da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

A Redação

Autorizo uma assinatura de Arquivo & Administração

NOME _____
ENDEREÇO _____
CIDADE _____
ESTADO _____
PROFISSÃO _____
CEP _____



A AAB recebeu por doação para sua Biblioteca as publicações a seguir citadas. Publicamos, além da referência bibliográfica, o Sumário das revistas dos Arquivos Nacionais da Argentina, Peru e Colômbia.

1. Publicações recebidas

- ALVES, Francisco Guilherme Vasconcelos. *A microfilmagem para executivos e usuários*. Fortaleza, DNOCS, 1977. 52p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA, RJ. *Anais das atividades da ABAME*, (2), 1972/74.
- BOLETIM DA SANTA CASA, Rio de Janeiro, 10 (105) nov./dez. 1977.
- CENTRO NACIONAL DE RESTAURACIÓN DE LIBROS Y DOCUMENTOS, Madrid, (1) 1977.
- COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA, SESC, RJ. (7), 1976.
- REVISTA DA FUNDAÇÃO "INSTITUTO DE ENSINO PARA OSASCO", SP. 1 (1) 1978.

2. Sumários

Revista del Archivo General de la Nación, Buenos Aires, (5), 1976.

Artículos

- El respeto de los fondos em archivística. Principios teóricos y problemas prácticos, por Michel Duchein.
- El control de la documentación administrativo, por Luis Fernando Piazzali.
- El Archivo de la Confederación por Federico Castro Nevaes
- Fondos provinciales. Testamentos mendocinos de los siglos XVI a XVIII através de un muestreo documental, por Alberto David Leiva.

Notas

- Dos reuniones sobre archivos, por César A. Garcia.

Bibliografía

Crónica

- Aspectos de um año de labor archivística.

Revista del Archivo General de la Nación, Lima, (4/5), 1975/76.

- Mario Cardenas Ayaipoma, El colegio de Caciques y el sometimiento ideológico de los residuos de la nobleza aborigen.
- Napoleon Cieza Burga, Pedro Tantallatas obtiene de Carlos III Real Ordenanza para nombrar sus propias autoridades.
- Manuel Jesus Aparicio Vega, Testimonios cusqueños del Libertador: 1ª Oración de Zuñiga en honor de Bolivar.
- Guillermo Galdos Rodriguez, Visita a Atico y Caraveli (1549).
- Juan Alvarez Salas, Indice del protocolo de Gaspar Her-

nández (Arequipa, 1550). Guillermo Durand Florez, El padrón de contribuyentes de Tarapacá en 1845.

Helard L. Fuentes Rueda, Cuadros estadísticos de escribanos de Arequipa del Siglo XVI.

Legislación

Actividades del Archivo General de la Nación 1975/76.

Revista del Archivo Nacional, Colombia, (76), 1977.

El Instituto Colombiano de Cultura y Patrimonio Documental del País.

Fundamentos y requisitos de una política archivística, por Alberto Lee López, Delia Palomino Urbano, Javier Loaiza Flechas y Alejandro Leal Afanador.

Subdirección de Patrimonio Cultural. División de Archivo Nacional.

Informe de las actividades desarrolladas durante el año de 1976.

El Archivo Nacional, por Juan Carrasquilla.

Que sabemos de Microfilmación? por Jorge Alberto Montoya Godoy.

Reunión Regional de Expertos para el desarrollo de los Archivos Nacionales en America Latina, Bogotá, 29 de marzo a 2 de abril de 1976.

Seminário Interamericano sobre Cooperación Regional para el desarrollo de Archivos. Washington, 17 de septiembre a 8 de octubre de 1976.

Documentos para la Historia del Archivo Nacional.

Noticiero



Solicitamos incluir a Biblioteca Geral desta empresa, entre os recebedores usuais do periódico em referência. Esta publicação representa um grande subsídio para nossos trabalhos.

Caso haja disponibilidade, gostaríamos de recebê-la desde o início de sua edição.

Atenciosamente

Elisabete Adamo

Bibliotecária CEEE – BIB. GERAL
Porto Alegre, RS

Faya la presente en primer lugar para saludarles y desearles mucho éxitos en la difusión cultural que realizan a través de su muy prestigiosa revista.

En la sección bibliográfica del Boletín Interamericano de Archivos, he visto anunciada hace poco, esa revista.

Es por ello que les escribo en esta fecha, solicitandoles información de como suscribirme a ella.

Atentamente

Omar Freddy Loaiza Jimenez
Costa Rica

Participo a V. Sa. que tomei conhecimento da revista *Arquivo & Administração*.

tração conceituada publicação da AAB, que trata de matéria de interesse para este Estado-Maior.

Solcito ainda, se possível, nos contemplar com volumes já publicados, informando o prelo e forma de pagamento.

Atenciosamente

Sérvio Gama de Almeida

Encarregado da Div. Documentação do Estado-Maior da Armada
Brasília, DF

Brasília, fevereiro de 1978

Prezada Presidente

Com referência ao Editorial publicado na Revista *Arquivo & Administração* v. 5 n. 2 de agosto de 1977, solicito uma pequena retificação.

No referido Editorial sobre a Reglamentação da Profissão, observamos que há um lapso no seguinte trecho:

“Cremos que a pedra fundamental dessa nova era arquivística foi lançada durante o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, quando um grupo de educadores e especialistas se reuniu para elaborar o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivologia, o qual, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, passaria a funcionar, em 1974, no Arquivo Nacional, por mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que, a partir do próximo ano estará sendo realizado sob a responsabilidade da FEFIERJ.”

Na verdade, o que ocorreu foi o seguinte:

“A pedra fundamental dessa nova era arquivística” realmente foi lançada ao ser aprovado o Parecer nº 212 de 7 de março de 1972, sendo relator o Professor Vicente Sobriño Porto, do Conselho Federal de Educação. O projeto que deu origem ao Parecer é de

minha autoria, conforme ofício nº 005/72/CFE/SG, de 31 de março de 1972, que acompanha o Parecer nº 212/72, que autorizou a criação dos Cursos de Arquivologia em nível superior.

A propósito, recebi homenagem da Associação dos Arquivistas Brasileiros e do Arquivo Nacional, conforme matéria publicada em nossa Revista, página nº 24 do volume 3, n.1, do mês de abril de 1975, inclusive sua gentil carta, datada de 15 de março de 1972, que muito me sensibilizou.

Assim, retificando V.Sª o Editorial, neste trecho, estará colaborando para o acerto do assunto, em termos verdadeiros.

De minha parte, não veja nisto qualquer pretensão de vaidade. Apenas, como sou uma apaixonada pela implantação dos Cursos e diretamente me empenhei junto ao Conselheiro Vicente Sobriño Porto, gostaria que assim ficasse registrado na Revista.

Gratíssima pela publicação.

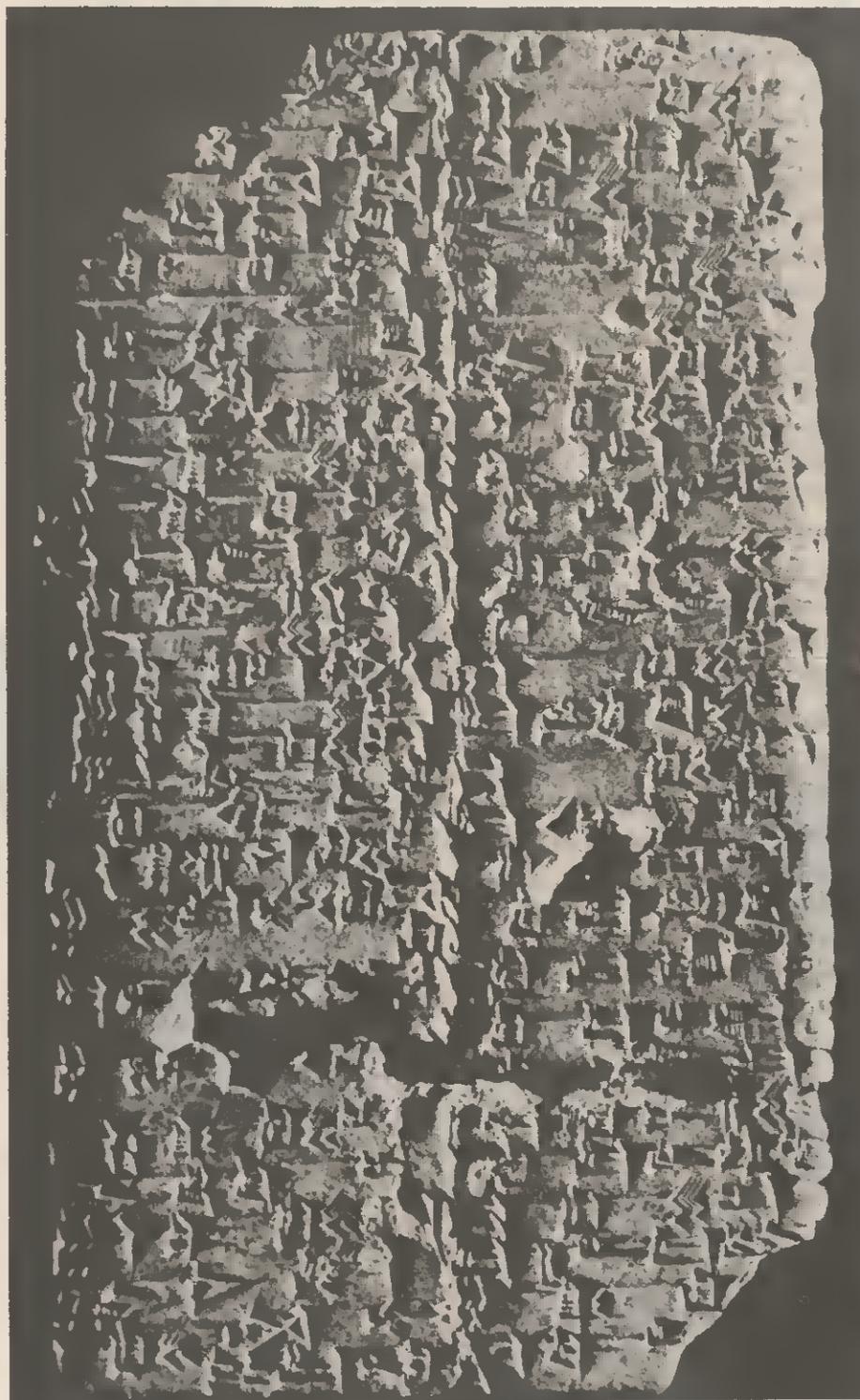
Cordialmente,

Astréa de Moraes e Castro

Com prazer e dever de justiça, transcrevemos a carta da Prof.ª Astréa de Moraes e Castro, conforme sua solicitação, esclarecendo, porém, que o Editorial de nossa Revista, referente a agosto de 1977, não teve a intenção de omitir os nomes e méritos da missivista e do ilustre Prof. Vicente Sobriño Porto que, por iniciativa pessoal, muito contribuíram para a criação dos Cursos Superiores de Arquivo no Brasil.

A editoralista quis referir-se apenas à atuação oficial por parte da AAB, relativamente ao assunto, a qual foi realmente deflagrada a partir do 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, conforme divulgado em amplo artigo no número de abril de 1974 de Arquivo & Administração.

a arquivologia em ação



O homem sempre teve a preocupação de registrar os fatos dos quais participava e também seus sentimentos diante dos fenômenos da existência, para que seus descendentes pudessem conhecer suas crenças e tradições. Esta preocupação já caracterizava sua ânsia de perpetuação e sua tendência a preservar objetos gravados ou escritos. A partir dos registros feitos por ele pode-se conhecer hoje um pouco da história da humanidade.

Modernamente, coube ao arquivista a tarefa de unir, de forma racional, os elos do pensamento humano através de uma seleção dos documentos relevantes. No entanto, ainda hoje vê-se documentos de todos os tipos serem atirados indiscriminadamente, sem qualquer critério, sem aquela consciência de que estes pequenos elos se ligarão a outros, possibilitando o estudo, a compreensão e a recuperação da informação, característicos da atividade humana.

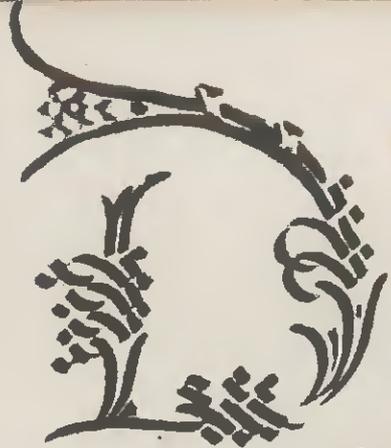
Hoje, o arquivista luta para posicionar-se diante do acervo documental existente e ainda inexplorado, como áreas de memória que precisam ser tocadas, estimuladas, reavivadas e reveladas e para dimensionar seu trabalho diante das fontes de produção. Ele precisa impedir a proliferação dos *porões* como sinônimo de sepulturas de documentos. Para isso, deve conscientizar as empresas, públicas e privadas, para o fato de que seus documentos precisam chegar, de forma ordenada, ao futuro, facilitando assim a tarefa dos pesquisadores.

Graças ao tratamento que vêm recebendo na maioria dos países, as técnicas arquivísticas atingiram elevado grau de segurança e confiabilidade. Pelo aprimoramento dessas técnicas, os arquivistas vão-se impondo, conscientes da real importância de sua profissão. Revolvem velhos porões e prateleiras, orientando a análise, avaliação, seleção, eliminação, ordenação e preservação de documentos, como efetiva contribuição para o avanço da História.

Eloísa Helena Riani Marques

FUI DEMITIDO DO MEU EMPREGO ANTERIOR. SERÁ QUE NÃO HÁ UMA VAGUINHA PRA MIM, AQUI NO ARQUIVO? SOU PERITO EM GUARDAR DOCUMENTOS.





um Joham per gra de d's

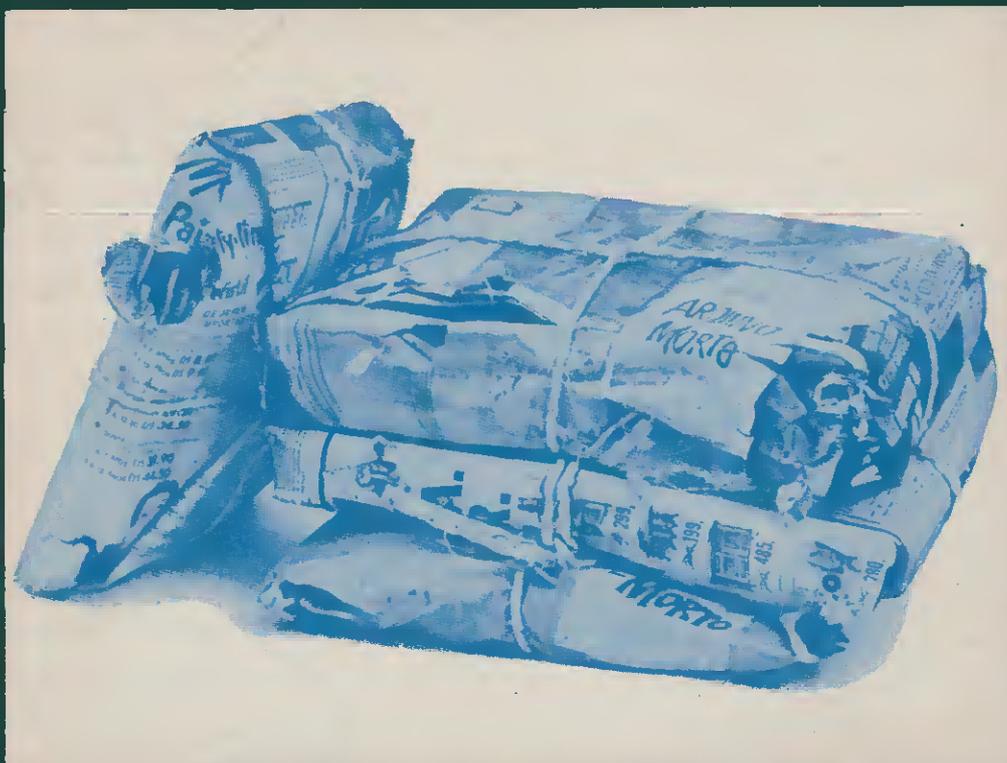
ter de portugual e de algarues do quem e de l'ra mar em a
 frica e S'noe de guinea. Aquy em esta nossa carta uirem fa
 remos sabi que p' h'ra de souza S'noe das villas de fugite e bi
 ruzel e de m' joham de souza seu filho n'osso almorice moor. Coluana
 do auer dalmada e de f'ra curice em nossa corte e de n'osso de sembrago. e de
 n'osso conselho que enuomax com n'ossa embarada e p'dei nos mur altoe e muy exelentes
 e p'deiros dom fernando e dona isabel p' gra de d' ter e karnha de castella de lion da
 maga de arilla de gruda e de n'ossoe musto amade e p'cedade h'niaoe. sobre ad' f'ie
 en de que anos e uelles p'ceder de que nos seer duas de mee de junho de f'etura desta capi
 tulagem estuaa p' de f'obru no mar oceano. for tractado e capitulaco p' nos e e n'osso
 nome p' v'nde de n'osso p'dei am os ditos ter e karnha de castella n'ossoe h'niaoe e
 am dom anrique canp'ij seu moordmo moor e dom goynte de andenes comendado moor
 de lion e seu contado moor. e de d'ra k' maldonado e de seu conselho e em seu no
 me p' v'nde de seu p'dei. Na qual dia capitulaco e de d'ra n'ossoe embaradores e p'ocu
 radores ante os auer e auer p'ceder prometera que d'ra de certo termo em ella concludo
 nos ouatiguamos confirmamos juramos e ascuramos e aprouamos a dita
 capitulaco p' nos e p' sua e querendo nos ap' e e comp'nd' e de que asy e n'osso no
 me for assentado capitulaco e outorgado a d'ra de suso dito. Mandamos que ante nos
 a dita s'p'nc'ia da dita capitulaco e assento pa auer e examinar otheor da qual de
 v'be auerho be este que se segue. **Em nome de d'os** e de p'deiros padre
 filho e sp'u sauto tres p'sone realmente distintas e ap'ndue e h'ia seu essencia di
 uina. Manifeste e notorio scia a todos quantos este publico stermeto buem como
 no ulla de tordesilhas aser duas de mee de junho anno de n'ascimento de n'osso
 S'noe h'ra e de mil quatrocentos nouenta e quat' annos em p'fencia de nos e seer
 timos s'p'nc'ia e notorios publicos adiante esy nos stuido presentes de honrada de
 anrique canp'ij moordmo moor de muy altoe e muy p'deiros p'ncipes de S'noe
 dom fernando e dona isabel p' gra de d' ter e karnha de castella de lion da maga
 de arilla de gruda e de e de dom goynte de andenes contado moor de d'ra S'noe
 ter e karnha e de d'ra k' maldonado e de seu conselho de d'ra S'noe ter e
 karnha de castella de lion da maga de arilla de gruda e de seu p'ceder abys
 tuncos de h'ia parte e de honrada k'ra de souza S'noe de fugite e de biruzel



Cópia do original do Tratado de Tordesilhas, existente no "Archivo de Indias", Sevilha, Espanha, assinado em 7 de junho de 1494.

arquivo é papel velho...

— se você pensa assim
está precisando com urgência
atualizar-se através de **Arquivo & Administração**.
— agora, se você pensa que arquivo é a memória de sua empresa,
parabéns! mas não basta só isto,
você precisa saber ativar esta memória.



Assine **Arquivo & Administração** — Cr\$ 60,00
veja algumas vantagens: você fica **por dentro**
do que se passa na "aldeia global"
arquivística; não vai mais denominar **arquivo**
permanente de arquivo morto; e contribuir
efetivamente para a

manutenção e melhora da Revista. envie os
seguintes dados: nome; endereço; cidade;
profissão; CEP. inclua Cr\$ 60,00
através de cheque nominal à Associação dos
Arquivistas Brasileiros e receba imediatamente
Arquivo & Administração.

... dinheiro também.